

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

DANIELE SENTEVIL DA SILVA

**SUPORTES PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
ENSINO SUPERIOR**

SÃO CARLOS

2018

DANIELE SENTEVIL DA SILVA

**SUPORTES PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO
SUPERIOR**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação da Profa. Dra. Carolina Severino Lopes da Costa, no exame de defesa, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Educação Especial.

Orientador: Profa. Dra. Carolina Severino
Lopes da Costa

SÃO CARLOS

2018

Silva, Daniele Sentevil da

SUPORTES PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR/ DANIELE SENTEVIL DA SILVA. -- 2018.

93 f. :30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Profa. Dra. Carolina Severino Lopes da Costa

Banca ecaminadora: Lucia Pereira Leite, Leonardo Santos Amâncio Cabral

Bibliografia

1. Educação Especial. 2. Ensino Superior. 3. Deficiência Visual. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Daniele Sentevii da Silva, realizada em 26/03/2018:

Profa. Dra. Carolina Severino Lopes da Costa
UFSCar

Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral
UFSCar

Profa. Dra. Lúcia Pereira Leite
UNESP

Dedico essa dissertação aos meus pais pela minha existência e pela forma que me ensinaram a ver a vida, me apoiando e me incentivando a buscar meus sonhos e à minha irmã que sempre me deu motivos para que eu buscasse o melhor de mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade e pela conquista de chegar ao Mestrado e, agora de estar concluindo. Sem Ele não conseguiria chegar onde estou, mesmo porque não é no nosso tempo e sim no tempo Dele.

Á minha amada família, Mãe, Pai e Rafinha que sempre estiveram comigo compartilhando as angústias e alegrias desse percurso.

Á minha querida orientadora, Profa. Dra. Carolina Severino Lopes da Costa, pela paciência, por compartilhar seus ensinamentos e por acreditar no meu potencial.

Á toda equipe do PPGEEs, professores, funcionários, técnico-administrativos, estagiários e profissionais.

Á todos meus colegas de mestrado pelos ensinamentos e conversas entre as aulas. Às minhas amigas de graduação, Larissa e Liz, que puderam compartilhar comigo esses 24 meses e que juntas passamos cada pedacinho de ansiedade do processo seletivo, de alegrias nas aprovações até a nossa defesa, vocês foram e são muito especiais.

Aos meus amigos que a vida trouxe para perto de mim e que puderam compartilhar de todo esse longo processo do mestrado, com momentos de descontração e me dando força nos momentos mais difíceis, sem citar nomes pois poderia me esquecer de alguém. Aos meus avós e tios que sempre perguntavam sobre o mestrado e estiveram ao meu lado. Às minhas afilhadas que me proporcionaram muitos momentos de carinho e descontração.

Á toda banca de qualificação e defesa, Profa. Dra. Fabiana Cia, Prof. Dr. Leonardo Santos Amâncio Cabral, Profa. Dra. Lucia Pereira Leite, Profa. Dra. Relma Urel Carbone Carneiro e Profa. Dra. Rosimeire Maria Orlando.

Muito obrigada a todos!

*“We’ve learned to fly the air like birds,
we’ve learned to swim the seas like fish, and
yet we haven’t learned to walk the Earth as
brothers and sisters. . . ”*

Martin Luther King

RESUMO

A deficiência visual constitui-se como uma alteração sensorial que afeta a captação de informação do meio ambiente, podendo ocasionar, desde leves até graves prejuízos no desenvolvimento e aprendizagem de quem a possui. No ensino superior existem demandas específicas e cada vez mais complexas aos graduandos, sendo extremamente importante identificar os serviços de apoio e acessibilidade para garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência visual nessa etapa de escolarização. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo geral analisar os serviços de apoio oferecidos por núcleos de acessibilidade das IFES aos alunos com deficiência visual no ensino superior e, como objetivos específicos descrever características de atuação dos núcleos de acessibilidade de IFES para o aluno com deficiência visual; e, verificar se há descrição online de serviços oferecidos aos alunos com deficiência visual nos sites dos núcleos de acessibilidade de IFES brasileiras e, em caso afirmativo, quais tipos de informação são oferecidos. Participaram da pesquisa 10 coordenadores de núcleos de acessibilidade de instituições federais de ensino superior de diferentes regiões do país. Eles responderam a um questionário online via google drive contendo questões que versavam sobre o tema da pesquisa. Também foram analisadas as informações presentes nos sites de cada IFES acerca da descrição online dos serviços oferecidos. Os dados foram analisados buscando agrupá-los em três conjuntos de informações: descrição da IFES, do núcleo e da coordenadora; descrição dos serviços na visão da coordenadora e descrição online dos serviços. Os dados mostraram que das 10 IFES analisadas no presente estudo, pode-se dizer que em termos de disponibilização de mais informações para a descrição dos serviços de apoio e de recursos de acessibilidade dos núcleos, as coordenadoras das IFES 1 e 3 nos permitiram ter uma visão mais ampla do que o núcleo da instituição oferta aos alunos com deficiência (deficiência visual), por apresentarem respostas mais completas às questões do questionário. As coordenadoras das IFES 2, 4, 5, 8 e 10 apresentaram dados menos completos, mas que permitiram ter noção de como funcionam tais serviços e as coordenadoras das IFES 6 e 9 responderam de forma muito sucinta à questão do questionário que visava obter informações acerca desses serviços, o que prejudicou sobremaneira o acesso a visão ou ao conhecimento da coordenadora sobre os serviços ofertados pelo núcleo. Pesquisas futuras poderiam verificar ou criar opções de abordagem eficazes via online a participantes de pesquisa, no caso da presente pesquisa, seja com os coordenadores de núcleo, seja com os alunos com deficiência visual, ou outros membros do núcleo que estejam envolvidos na prestação desses serviços aos alunos.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Superior. Deficiência Visual. Acessibilidade. Serviços de Apoio.

ABSTRACT

Visual impairment is a sensory alteration that affects the capture of information from the environment, which can cause, from mild to severe damage in the development and learning of who owns it. In higher education there are specific and increasingly complex demands for undergraduates, and it is extremely important to identify the support and accessibility services to guarantee the access and permanence of students with visual impairment at this stage of schooling. Thus, the present study had as general objective to analyze the support services offered by the accessibility centers of the IFES to students with visual impairment in college and, as specific objectives, to describe the performance characteristics of the accessibility centers of IFES for the student with disabilities visual; and, verify if there is an online description of services offered to students with visual impairment in the websites of the Brazilian IFES accessibility centers and, if so, what kind of information is offered. Participated in the research 10 coordinators of accessibility centers of federal college institutions in different regions of the country. They responded to an online questionnaire via google drive containing questions that addressed the subject of the survey. Also analyzed were the information on the websites of each IFES about the online description of the services offered. The data were analyzed by grouping them into three sets of information: description of the IFES, the nucleus and the coordinator; description of the services in the coordinator's view and online description of the services. The data showed that of the 10 IFES analyzed in the present study, it can be said that in terms of providing more information to describe the support services and accessibility resources of the nuclei, the IFES coordinators 1 and 3 allowed us to have a vision than the core of the institution offer to students with disabilities (visual impairment), for presenting more complete answers to the questionnaire questions. The coordinators of the IFES 2, 4, 5, 8 and 10 presented less complete data but gave a picture of how these services work and the coordinators of the IFES 6 and 9 responded very succinctly to the questionnaire of these services, which greatly hampered access to the coordinator's vision or knowledge about the services offered by the nucleus. Future research could verify or create effective online approach options for research participants, in the case of the present research, either with core coordinators, visually impaired students, or other core members who are involved in providing these services to the students.

Keywords: Special Education. College. Visual impairment. Accessibility. Support Services.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos participantes.....	35
Tabela 2 - Caracterização das IFES participantes.....	36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACIEPE - Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade Federal de São Carlos

ENCE - Escola Nacional de Ciências Estatísticas

IES - Instituição de Ensino Superior

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IME - Instituto Militar de Engenharia

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PAEE - Público-alvo da Educação Especial

PNE - Plano Nacional de Educação

SEESP - Secretaria Nacional de Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UFCA - Universidade Federal do Cariri

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNIVASF – Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UnB – Universidade de Brasília
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
Unifal - MG – Universidade Federal de Alfenas
Unifei – Universidade Federal de Itajubá
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFYM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFABC – Fundação Universidade Federal do ABC
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

	Apresentação.....	17
1	Introdução.....	19
1.1	Revisão de Normativas a Respeito da Inclusão no Ensino Superior	19
1.2	Conceituação da Deficiência Visual.....	28
1.3	A Inclusão Educacional de Pessoas com Deficiência Visual.....	30
1.4	Acessibilidade e Serviços de Apoio para Alunos com Deficiência Visual no Ensino Superior.....	32
2	Objetivos	38
2.1	Geral.....	38
2.2	Específicos.....	38
3	Métodos	39
3.1	Aspectos Éticos	39
3.2	Percurso para Contatar os Participantes do Estudo para Identificar as IFES Brasileiras.....	39
3.3	Participantes.....	41
3.4	Procedimento de Coleta de Dados.....	43
3.5	Procedimento de Análise de Dados.....	43
4	Resultados e Discussão.....	45
4.1	IFES 1.....	45
4.1.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	45
4.1.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador	46
4.1.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	46
4.2	IFES 2.....	48
4.2.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	49
4.2.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador	49
4.2.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	49
4.3	IFES 3.....	51
4.3.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	51
4.3.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do	

	Coordenador	52
4.3.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	52
4.4	IFES 4.....	53
4.4.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	53
4.4.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador	53
4.4.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	54
4.5	IFES 5.....	57
4.5.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	57
4.5.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador	57
4.5.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	58
4.6	IFES 6.....	59
4.6.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	59
4.6.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador	59
4.6.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	60
4.7	IFES 7.....	60
4.7.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	60
4.7.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador	61
4.7.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	61
4.8	IFES 8.....	62
4.8.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	62
4.8.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador	63
4.8.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	63
4.9	IFES 9.....	64
4.9.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	64
4.9.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do	

	Coordenador	64
4.9.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	65
4.10	IFES 10.....	65
4.10.1	Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora.....	65
4.10.2	Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador	66
4.10.3	Descrição online dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
7	APÊNDICES.....	78
8	ANEXOS.....	91

APRESENTAÇÃO

Meu primeiro contato com uma educação diferenciada foi no ensino fundamental 2, em que na escola que eu estava eram recebidos alunos que mais nenhuma escola aceitava, eram considerados “problemáticos”. Lá o ensino era um pouco mais compreensivo que nas escolas tradicionais. Lá aprendi a lidar com as diferenças.

Na época dos vestibulares as dúvidas estavam presentes e eu não sabia qual curso escolher. No meu vestibular acabei optando por engenharia civil em 1ª opção e educação especial em 2ª opção na UFSCar. Fui chamada para educação especial rapidamente e continuei na lista de espera de engenharia civil, mas com o curso em andamento e já sendo meio de abril decidi continuar na educação especial e não demonstrar mais interesse na engenharia. Costumo dizer que um “mosquitinho” me picou e então me apaixonei pela minha escolha.

Durante os quatro anos da graduação consegui adquirir muita experiência. No meu segundo ano fui bolsista de extensão participando de duas ACIEPES: Brinquedoteca para todos e Relação família-escola. No meu terceiro ano fui bolsista de extensão novamente e era tutora do curso de educação especial, auxiliando os alunos ingressantes com tudo o que precisassem relacionado à graduação ou a vida na nova cidade e, no meu último e quarto ano fui bolsista de ACIEPE novamente, mas dessa vez o curso era Adaptação de material didático para alunos com deficiência visual.

Ainda no meu primeiro ano de graduação foi quando tive o primeiro contato com a deficiência visual. Na semana de extensão na universidade em um minicurso sobre adaptação de material didático para alunos com deficiência visual. Também durante a disciplina obrigatória de deficiência visual e depois com a participação em atividades de extensão sobre a temática.

Chegando no último ano de graduação realizei meu TCC com a temática de deficiência visual e adaptação de material. O título do TCC foi “Práticas pedagógicas de professores da sala comum com foco na adaptação de material didático para alunos com deficiência visual” e teve como objetivo “Identificar as práticas pedagógicas de professores da sala comum do ensino regular de professores com foco na adaptação de materiais didáticos, que lecionem ou tenham lecionado para alunos com deficiência visual”. Como resultados, as práticas pedagógicas e estratégias utilizadas pelos professores, a maioria afirmou que os conteúdos transmitidos são os mesmos aos alunos com deficiência visual, porém que valem-se de diferentes estratégias para

que tenham acesso ao conhecimento como uso de letra ampliada, material em relevo, etc. Foi possível ver que a busca por estratégias diferenciadas para esses alunos com deficiência visual contempla a necessidade dos mesmos de adaptação dos materiais e o direito de receber as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento (conteúdo curricular).

Durante o ano seguinte à conclusão da minha graduação trabalhei na APAE de Descalvado por 4 meses cumprindo uma licença maternidade e na APAE de São Carlos por 4 meses cumprindo uma licença doença, além do acompanhamento durante o ano letivo de uma aluna autista. No ano seguinte resolvi realizar novamente a prova de seleção do mestrado (seleção 2016), e fui aprovada em todas as fases do processo seletivo.

Durante o primeiro ano do mestrado conclui as disciplinas e pude aprimorar meu projeto na disciplina de seminários. Então, pensando na minha trajetória em relação aos alunos com deficiência visual e o tema da inclusão no ensino superior que está em ascensão, resolvi junto com a minha orientadora pesquisar sobre o ensino superior para o aluno com deficiência visual e sobre os serviços oferecidos a esses alunos.

Este trabalho foi organizado em sua introdução em subitens contendo uma revisão de normativas sobre a inclusão no ensino superior, definição de deficiência visual, inclusão educacional de pessoas com deficiência visual, e uma revisão de estudos sobre inclusão no ensino superior e acessibilidade e serviços de apoio para alunos com deficiência visual.

O objetivo geral do trabalho foi identificar e analisar descritivamente os serviços de apoio oferecidos por núcleos de acessibilidade das IFES¹ aos alunos com deficiência visual no ensino superior. Os objetivos específicos foram descrever as características de atuação dos núcleos de acessibilidade de IFES para o aluno com deficiência visual, na visão de coordenadores; e verificar se havia descrição online de serviços oferecidos aos alunos com deficiência visual nos sites dos núcleos de acessibilidade de IFES brasileiras e quais tipos de informação eram oferecidos.

¹ IFES são instituições federais de ensino superior, que no caso dessa pesquisa se limitam em universidades federais.

1. Introdução

1.1 Revisão de Normativas a Respeito da Inclusão no Ensino Superior

A inclusão no ensino superior brasileiro é um tópico que recentemente vem sendo abordado, apesar da chegada das pessoas com deficiência no ensino superior não ser algo tão recente assim, sendo que existe todo um aporte legislativo a respeito dessa questão. Serão apresentados sequencialmente algumas normativas e legislações acerca da inclusão no ensino superior.

A inclusão no ensino superior deve oportunizar o desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como a participação na comunidade, não restringindo a participação pela deficiência, sendo a instituição de ensino superior a responsável pela disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade para a participação ativa dos estudantes (BRASIL, 2013).

Essa especificação de direitos é vista por Bobbio (1992) como meio de oportunização de direitos para grupos minoritários marcados por uma diferenciação, seja étnica, religiosa, de alguma deficiência, entre outras.

A legislação acerca da inclusão educacional dos alunos público-alvo da educação especial visa sustentar a acessibilidade e os serviços de apoio para esses alunos no ensino superior. A seguir serão apresentados documentos legais em ordem cronológica relacionados à inclusão no ensino superior. O marco legislativo escolhido para a pesquisa é a Constituição Federal de 1988, visto que a pesquisa acontece em âmbito nacional, em instituições federais de ensino superior.

Em 1988 a Constituição Federal trata a educação como direito fundamental e dever do Estado e da família em garantir a sua promoção e incentivo. Em seu Artigo 206º prevê ainda: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Percebe-se então que a preocupação não está apenas no ingresso, mas na garantia da permanência, além do incentivo à educação, que pode ser realizado pelo Estado e pela família.

Em 1989, a Lei no. 7.853 em seu artigo 2º assegura a garantia de pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive a educação, sendo a educação especial prevista como modalidade educativa nos níveis de educação precoce, pré-escolar de 1º e 2º grau, supletiva, habilitação e

reabilitação profissional, com currículos, etapas e exigências de diploma próprios (BRASIL,1989).

A partir disso, houve um grande movimento internacional relacionado a inclusão (vide Declaração Mundial sobre Educação para todos em JOMTIEN, 1990, na Tailândia; Declaração de Salamanca, realizado na Espanha, em 1994) que pode ter influenciado modificações na legislação de nosso país, como se vê a seguir.

Em 1990 aconteceu em Jomtien, na Tailândia a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e nessa declaração a educação é vista como direito fundamental de todos, e que as oportunidades educativas são voltadas para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, com essa abordagem a declaração engloba também a educação especial no sentido de realizar adaptações para propiciar o aprendizado dos alunos com deficiência, através da universalização e da equidade para alcançar um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem (UNESCO, 1990).

Em 1994, a Declaração de Salamanca declara sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e, proclama o direito à educação, cada criança com necessidades únicas de aprendizagem, acesso à escola regular satisfazendo suas necessidades específicas e o combate à ações discriminatórias em relação aos alunos com deficiência.

Ainda em 1994 a Portaria no. 1.793 considera a necessidade de complementação da formação profissional de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais, com a inclusão da disciplina de “Aspectos Ético-Político-Educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais” em cursos de pedagogia, psicologia e demais licenciaturas (BRASIL, 1994). Então a partir de 1994 os cursos de graduação passam a ter uma carga horária básica para profissionais que tem o contato com pessoas com deficiência, o que demonstra o interesse pela formação profissional diferenciada para profissões realizam o contato com as pessoas com deficiência.

Em 1996, o Aviso Curricular no. 277 orienta as Instituições de Ensino Superior (IES) sobre adequações para possibilitar o acesso dos alunos portadores de necessidades especiais ao 3º grau e a execução adequada de uma política educacional dirigida a esses alunos. Há recomendações para que os ajustes sejam feitos em três momentos: no edital, na elaboração das provas e nas correções (BRASIL, 1996).

A preocupação em relação aos alunos com deficiência chegando ao ensino superior na legislação brasileira passa a acontecer desde 1996.

Ainda em 1996, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no. 9.394/96, reafirma o artigo 206º da Constituição Federal, enfatizando a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). A legislação passa a considerar não somente o ingresso dos alunos, mas também o acesso, que pode ser relacionado com a aprendizagem e com a individualidade de cada aluno e a permanência nos níveis de ensino.

Em 1999 a Portaria no. 1.679/99 dispõe sobre os requisitos de acessibilidade, sobre os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições, com requisitos mínimos a ser contemplados para cada deficiência (física, visual e auditiva) abordadas no documento, além de estipular o prazo de 90 dias para a verificação dos requisitos (BRASIL, 1999). Sendo os requisitos para alunos com deficiência visual:

- “- Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
 - máquina de datilografia braille, impressora braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
 - gravador e fotocopiadora que amplie textos;
 - plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de audio;
 - software de ampliação de tela do computador;
 - equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
 - lupas, régua de leitura; - scanner acoplado a computador;
 - plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em braille.” (BRASIL, p. 2, 1999)

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no Decreto no. 3.298/1999 que regulamenta a Lei no. 7.853/1989 em seu 27º artigo institui as instituições de ensino superior com o dever de “(...) oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência (...)”. Além de garantir o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade (BRASIL, 1999).

Então, em 1999 as instituições passam a realizar ações concretas, mediante o pedido de alunos com deficiência para o acesso do aluno com deficiência, percebendo-se assim a

preocupação das instituições em adaptar provas para o ingresso e qualquer apoio necessário solicitado pelo aluno com deficiência.

A Lei no. 10.098 de 2000, também conhecida como Lei da Acessibilidade (2000) estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de definir a acessibilidade como uma condição de alcance para utilização dos espaços com autonomia e segurança e, as barreiras como entraves ou limitações, podendo ser barreiras arquitetônicas, arquitetônicas na edificação, arquitetônicas nos transportes, ou barreiras nas comunicações (BRASIL, 2000)

A Lei 10.172/2001 institui o Plano Nacional de Educação (PNE) que institui o direito à educação a todas as pessoas com deficiência, e sempre que possível, nas escolas regulares, ainda estipula metas e objetivos relacionados à formação docente, acessibilidade e o atendimento educacional especializado, propondo às universidades o desafio de realizar atividades de pesquisa e extensão voltados à ciência, incluindo a superação das desigualdades sociais. Com essa nova legislação o ensino superior passa a ser englobado no sentido de formação de profissionais, através das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas ao longo da formação.

O Decreto no. 3.956/2001 promulgou a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, conhecida também como Declaração da Guatemala, não se refere especificamente ao ensino superior, mas às atitudes diferenciadas para assegurar a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que essa diferenciação seja aceita e não limitada ao direito à igualdade. Possibilitando assim adaptações desde que a pessoa com deficiência esteja ciente e aceite tais adaptações e possibilite o acesso pleno ao seu uso específico.

Percebe-se então a partir de 2001 normativas nacionais e internacionais que buscam a minimização da segregação das pessoas com deficiência, preocupando-se com questões atitudinais e o direito a igualdade.

A Portaria no. 3.284/2003 em seu 2º artigo discorre sobre a parceria entre a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Especial, instaurando requisitos mínimos para a acessibilidade, com referenciais das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004). Sendo os requisitos mínimos, por exemplo, para os alunos com deficiência visual:

- a) Manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, *software* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, *scanner* acoplado ao computador; b) Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras para uso didático (BRASIL, 2003).

Essa portaria além de se preocupar com a acessibilidade também instaura auxílios técnicos para a acessibilidade, como o uso de recursos adaptativos de material e o uso de leitores de tela. Porém somente o uso de recursos de tecnologia assistiva não garantem por si o acesso à acessibilidade, em muitos casos necessita de preparo do professor para preparar uma aula com slides e que seja realizada a audiodescrição das imagens e não apenas um breve resumo do que está contido ali naquela imagem.

Já, o Decreto Federal no. 5.296/2004 que regulamenta a Lei de Acessibilidade, define a acessibilidade como a “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2004). No texto, as barreiras são definidas como “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação” (BRASIL, 2004), e classifica as barreiras em urbanísticas, nas edificações, nos transportes e nas comunicações e informações, sendo essa última, definida como:

qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004).

A Lei da Acessibilidade vai se preocupar com a Acessibilidade Arquitetônica, que também envolve o aluno com deficiência no ensino superior e seu acesso nas dependências institucionais, porém ainda não existe uma legislação que englobe além da acessibilidade arquitetônica a acessibilidade nas comunicações, acessibilidade nos sistemas de informação e acessibilidade nos materiais didáticos e pedagógicos.

Além dessas preocupações com relação às diferentes barreiras que dificultam a acessibilidade do aluno com deficiência, em 2005, focando na questão da surdez, o Decreto no.

5.626/2005 aparece para garantir especificamente às pessoas com surdez o acesso à comunicação, à informação e à educação em todos os níveis educacionais das instituições federais (BRASIL, 2005).

Nesse mesmo ano, a Lei no. 11.096 institui o Programa Universidade para Todos, que destina bolsas a estudantes portadores de deficiência em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005). Apesar de sabermos que a concessão de bolsa não resolve os problemas relacionados à inclusão do aluno com deficiência no Ensino Superior, ela auxilia nos aspectos de manutenção ligada às questões de subsistência desses alunos e nesse caso pode funcionar como um impulsionador ao acesso ao ensino superior devido ao fato que existem mais instituições provadas de ensino superior que IFES no nosso país.

Ainda em 2005 o Programa Incluir foi instituído com o objetivo de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidades nas IFES, visando a criação e a reestruturação de núcleos nas IES federais (IFES), aos quais institucionalmente vão buscar a garantia da integração da pessoa com deficiência no ensino superior, através da eliminação de barreiras arquitetônicas, de comunicação, comportamentais e pedagógicas (BRASIL, 2013).

Em 2007, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, destaca ações voltadas ao ensino superior, sendo a de número 18: “desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e aquelas alvo de discriminação por motivo de gênero, de orientação sexual e religiosa, entre outros e seguimentos geracionais e étnico-raciais”, assim cabe aos estabelecimentos de ensino superior buscar promover a inclusão não somente dos alunos com deficiência, mas os de todos esses outros seguimentos cujo histórico em nosso país tem sido o da exclusão social (BRASIL, 2007).

Passa-se a se preocupar, além do ingresso do aluno com deficiência, mas também com a permanência desse aluno no ensino superior, sendo que as instituições de ensino superior, valendo-se de sua autonomia, devem buscar oportunizar a inclusão em termos de acesso e permanência dos alunos com deficiência (e outros).

Nesse mesmo ano, houve a implantação do “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”, programa esse voltado ao ensino superior e aos alunos com deficiência, em parceria entre a Secretaria de Educação Especial e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, com foco na garantia do acesso nas IFES e a igualdade de oportunidades para os alunos com deficiência, através dos objetivos:

- 1.1 Promover ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às IFES;
- 1.2 Apoiar propostas desenvolvidas nas IFES para superar situações de discriminação contra os estudantes com deficiência;
- 1.3 Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior;
- 1.4 Implementar a política de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior;
- 1.5 Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações (BRASIL, 2007).

O Programa Incluir oferecia às universidades verba para a aquisição de mobiliário, pagamento de diárias, material permanente, dentre outros, mas em contrapartida a universidade deveria fornecer os recursos humanos para que houvesse a estruturação do núcleo e também o espaço físico para seu funcionamento.

Em 2008, o Decreto no. 6.571/2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e, em seu Artigo 2º tem como objetivo “assegurar condições para continuidade dos estudos nos demais níveis de ensino” e em seu Artigo 3º tem como objetivo “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior”. (BRASIL, 2008).

Assim, com a estruturação dos núcleos de acessibilidade prevista pelo Programa Incluir e pelo Decreto 6.571/2008 as IFES podem fornecer aos seus alunos com deficiência recursos materiais e também atendimento educacional especializado como parte dos serviços de apoio oferecidos pelos núcleos de acessibilidade, visando eliminar assim barreiras físicas, de comunicação e de informação aos alunos com deficiência no ensino superior.

Em 2008, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que além de delimitar o Público-alvo da Educação especial, ou seja, indicar quem são os alunos que têm direito de receber os serviços da Educação Especial, alguns de seus objetivos incluem:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunidades e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

De modo mais específico, com relação à educação especial no ensino superior, há menção à necessidade de organização de recursos e serviços visando a permanência e sucesso dos alunos do PAEE nessa modalidade educacional, como se pode ver no trecho a seguir:

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 17).

Nesta política nota-se também que há também menção com relação a promoção da acessibilidade tanto no processo seletivo, como também após o processo quando menciona que em todas as atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão, o aluno público-alvo da educação especial necessita que sejam eliminadas barreiras diversas (ex. materiais didáticos e pedagógicos) para que o aluno tenha acesso ao conhecimento.

Visando complementar as diretrizes presentes tanto no “Programa Incluir”, como na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, para o Ensino Superior o Decreto no. 7.611, de 17 de novembro de 2011 prevê a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, visando “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (BRASIL, 2011). Em seu artigo 1º. Parágrafo VI “adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena”, assim disponibilizando para cada aluno medidas únicas e eficazes que possibilitem o acesso e a aprendizagem por diferentes recursos.

Ainda em 2011, o Decreto no. 7.612 apresenta o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites, apresentando como finalidade a promoção e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. Possuindo ainda como eixos de atuação em seu art 4º: Acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade (BRASIL, 2011). A educação

aparece como primeira atuação pois sendo garantida como um direito básico e em primeira instância, todos os outros direitos: Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde serão atendidos.

Em 2012 a ação foi universalizada para todas as IFES para o desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade. O MEC criou o “Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limites”, prevendo o apoio para ampliação e fortalecimento de núcleos de acessibilidade até 2014 (BRASIL, 2013).

O “Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limites” utiliza o ano de 2014 como limite pois é até quando sua matriz orçamentária está aprovada, data essa que 59 universidades receberam verba desse programa.

Já em 2015, foi lançada a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei no. 13.146/2015) e em seu artigo 48º prevê que cabe ao poder público criar condições para :

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência não especificava nada a respeito de que esse público necessita de alguma garantia de acesso ao Ensino Superior, a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos e superior das instituições federais de ensino passa a ser garantido a partir de 2016, com a publicação da Lei no. 13.409, em seu 3º artigo alterando a Lei no. 12.711/2009:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

As políticas públicas listadas são nacionais, relacionando-se diretamente com as IFES e a acessibilidade e os serviços de apoio aos alunos com deficiência matriculados no ensino superior.

A legislação brasileira a respeito da educação da pessoa com deficiência começa a ganhar uma maior funcionalidade após as normativas internacionais de Jomtien e Salamanca. A preocupação com recursos de acessibilidade (Portaria no. 1.679/99), o direito a educação a todas as pessoas com deficiência (Lei 10.172/2001), eliminação das formas de discriminação (Decreto no. 3.956/2001), requisitos mínimos para a acessibilidade (Portaria no. 3.284/2003), a Lei de Acessibilidade (Decreto Federal no. 5.296/2004), fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IES federais (Programa Incluir – BRASIL, 2005), estratégias que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência por meio de ações afirmativas nas IES (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007), o atendimento educacional especializado (Decreto no. 6.571/2008), a delimitação do público-alvo da educação especial (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008), a estruturação dos núcleos de acessibilidade nas IFES (Decreto no. 7.611/2011), o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites (Decreto no. 7.612/2011), a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei no. 13.146/2015) e a garantia do acesso ao ensino superior (Lei no. 13.409/2016).

Durante toda essa jornada também podemos perceber a nomeação de simples leis e decretos para uma legislação com nome próprio a partir de 2014 com a Lei de Acessibilidade e sequencialmente com o Programa Incluir, até agora a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência.

1.2 Conceituação da Deficiência Visual

A visão é um canal sensorial importante para a percepção do mundo (CADER-NASCIMENTO, 2003), sendo a deficiência visual uma perda total ou parcial da visão. Para Sá, Campos e Silva (2007), a deficiência visual é dividida em dois níveis; a cegueira, que é a perda total da visão e, a baixa visão que é a perda parcial. A cegueira afeta diretamente a distinção dos objetos e a percepção geral das coisas, trata-se de uma alteração grave das funções visuais. Pode ser congênita, ou seja, desde o nascimento, ou adquirida, por fatores acidentais ou orgânicos. A baixa visão possui diferentes níveis de comprometimento visual e uma alteração

parcial das funções básicas da visão, podendo afetar desde a percepção luminosa até a acuidade visual.

A Portaria no. 3.128, de 24 de dezembro de 2008, em seu primeiro artigo parágrafo 2, define a deficiência visual, caracterizando a pessoa com baixa visão ou cegueira que:

Considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20° no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) e considera-se cegueira quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10° (categorias 3, 4 e 5 do CID 10). (p.1).

Para Marques e Mendes (2014), a deficiência visual cortical é definida como deficiência visual de origem neurológica, ou seja, resultado de uma lesão no cérebro. Atualmente é o tipo de deficiência visual mais prevalente nos países desenvolvidos e, é caracterizada pelas diferenciações entre acuidade visual, campo visual e motilidade ocular. A acuidade visual é a mensuração da discriminação de formas, o campo visual é a área de visibilidade e a motilidade ocular é a movimentação dos músculos oculares.

A deficiência visual apresenta uma pluralidade conceitual, sendo difícil estabelecer um consenso entre os autores e sobre os critérios utilizados para o estabelecimento das definições (COSTA et al, 2009). Como já foi dito, deficiência visual engloba tanto os casos de cegueira como os de baixa visão, sendo que as definições de tais níveis são baseadas em avaliações da acuidade visual (capacidade de discriminação de formas, linhas, símbolos ou letras progressivamente menores), do campo visual (amplitude de estímulos que a pessoa tem condições de perceber a partir de um ponto fixo) prioritariamente (BATISTA; ENUMO, 2000).

A deficiência visual constitui-se como uma limitação sensorial que afeta a captação de informação do meio ambiente, podendo ocasionar, desde leves até graves prejuízos no desenvolvimento e aprendizagem das pessoas que a possui. As possibilidades de captação de informação visual por pessoas com deficiência visual (cegas e com baixa visão) são nulas ou recebidas de forma fragmentada e distorcida, comprometem as aprendizagens acidentais, podendo originar atrasos no desenvolvimento e aprendizagem (BRASIL, 2010; OCHAÍTA; ESPINOSA, 2004). Entretanto, sabe-se que tais atrasos ocorrem muito mais em função de características do ambiente do que em relação a cegueira propriamente dita, como por exemplo,

falta de estimulação adequada, de recursos ópticos e não ópticos disponíveis, dentre outros (MARTÍN; BUENO, 2003).

Vale destacar, ainda, que a deficiência visual pode ser considerada congênita ou adquirida, sendo que não há um consenso na literatura sobre a idade específica para determinação da deficiência visual congênita. Alguns autores afirmam, especialmente, no que se refere à cegueira que, se a criança ficar cega até os dois anos de idade, é considerada congênita (SMITH, 2008), outros, porém, afirmam que se a cegueira é causada até os cinco anos pode ser considerada congênita (AMIRALIAN, 1997).

Tais dados representam uma dentre várias consequências de um longo processo histórico marcado pela marginalização daqueles que, por apresentarem características sensoriais ou outras diferenciadas, foram considerados incapazes.

1.3 A Inclusão Educacional de Pessoas com Deficiência Visual

No Brasil, os direitos de alunos público alvo da educação especial estão previstos nas leis e diretrizes que têm sido implementadas por meio de políticas públicas, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96 – BRASIL, 1996), a Lei 10172/2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Nacionais da Educação Especial no Ensino Básico (Resolução nº 2/2001 – BRASIL, 2001). Tais documentos concebem a Educação Especial como modalidade de oferta de serviços educacionais e reafirmam o artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que se refere ao direito à educação de todas as pessoas com deficiência e o direito de receber atendimento educacional, preferencialmente na rede regular de ensino (MENDES; CIA, 2012).

Na política nacional atual referente ao documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva” (BRASIL, 2008) não há outra opção de escolarização que não seja a da inclusão no ensino regular. Nesse documento, a Educação Especial é concebida como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, isto é, “realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008). De acordo com o documento, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

A educação inclusiva, portanto, parte do pressuposto que todos os alunos, independentemente de sua condição cognitiva, física, emocional, socioeconômica e cultural, têm o direito de frequentar as classes comuns das escolas regulares do sistema educacional. (MENDES, 2006). Embora os documentos oficiais (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; BRASIL, 2001) preconizem a educação nas escolas regulares enquanto um direito legítimo de todas as crianças, Dall'Aqua e Vitaliano (2010) discorrem sobre a importância de que sejam definidos e estabelecidos os deveres de quem deve prover tais direitos. As autoras enfatizam que, para qualquer direito constituído, deve antepor-se o dever de garanti-lo, pois do contrário se configurará como um direito vazio.

Para a escolarização de crianças com deficiência visual é necessário o desenvolvimento dos outros sentidos da criança através de atividades que façam a criança compreender e interagir com o ambiente à sua volta, aprendendo a utilizar além da audição e do tato que podem ser desenvolvidos a partir de práticas pedagógicas que valorizem essa interação dos sentidos remanescentes com o meio (BRASIL, 2010).

Masini (2011) afirma que o movimento da inclusão no Brasil tem sido acompanhado de aplausos e de reprovações, sendo que por um lado há concordância a respeito da inclusão como oposição à exclusão de pessoas com deficiências no ensino regular. Contudo, por outro lado, há discordância quanto à inclusão indiscriminada, na qual, sem qualquer avaliação prévia é matriculado o aluno com deficiência na escola regular e sem análise de suas condições e das necessidades requeridas para seu atendimento, quer do ponto de vista de recursos humanos, quer do ponto de vista das adaptações físicas e materiais.

A trajetória escolar dos alunos PAEE e as melhorias e adequações necessárias, são somente possíveis a partir da presença desses alunos nas redes regulares de ensino, promovendo adequações necessárias, segundo Laplane (2016):

A presença maciça desses alunos nas redes é o principal argumento que levantamos para defender o investimento na melhoria do ensino, na qualificação dos docentes, na construção e adequação dos espaços, na provisão de recursos que facilitem a acessibilidade física e o acesso ao conhecimento e a cultura. (p.44).

Em relação ao ensino superior Masini (2012) apresenta uma pesquisa com três recortes sobre alunos com deficiência visual no ensino superior, com apontamentos que favoreciam e dificultavam a participação e a inclusão desses alunos. O apontamento positivo considera a

viabilização do acesso para acompanhamento dos estudos, aceitação do aluno e disponibilização do professor para com esse aluno são vistos como facilitadores no processo de inclusão do aluno com DV no ensino superior. A dificuldade apontada se relaciona no esforço individual de cada aluno e que a inclusão não se dá em um período de tempo, mas na continuidade do processo educacional desses alunos durante toda a vida escolar.

A restrição de experiências ou estimulação pode prejudicar o desenvolvimento do processo educativo da pessoa com deficiência visual de modo especial com relação aos aspectos ligados às habilidades que envolvem a utilização dos canais visuais, tais como a aquisição de conceitos, aprendizagem da leitura e da escrita, orientação, mobilidade e controle do ambiente (BRASIL, 2006).

Considerando o caso de pessoas com deficiência visual que ingressaram em universidades públicas, pode-se dizer que já trilharam uma trajetória de sucesso escolar, mesmo em meio a muitos desafios. E é possível que tenham habilidades para lidar com uma série de obstáculos que se interponham em seu caminho que envolvam o aprendizado acadêmico. Entretanto, considerando que a proposta da Educação Inclusiva prevê que não são as pessoas com deficiência que devem se adequar a sociedade, mas justamente o oposto que, no caso do ensino superior, é a universidade que necessita se reestruturar para propiciar o aprendizado com a oferta de serviços que garantam a igualdade de oportunidades a todos, considera-se extremamente importante a realização de estudos que investiguem o modo como as universidades têm se reestruturado para ofertar serviços e garantir a acessibilidade física e aos conteúdos acadêmicos a esses alunos.

1.4 Acessibilidade e Serviços de Apoio para Alunos com Deficiência Visual no Ensino Superior

Políticas públicas auxiliam no acesso e permanência no ensino superior pelos alunos com deficiência, mas por si só não garantem a efetivação da realização do que as políticas preveem. Há a necessidade de implementação de políticas públicas que explicitem como as IFES podem realizar propriamente a inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior (MOREIRA, 2012).

BANDINI et al (2001) apresenta as condições de acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais, com convite à 85 instituições de ensino superior filiadas

ao Fórum Nacional de Educação Especial entre os anos de 1998 e 1999, através da aplicação de um questionário. Os dados apontam para 29 universidades que responderam à pesquisa, dessas 25 ofereciam serviços de adaptação para o vestibular e 83 alunos foram aprovados em 1999. Em relação à permanência, dessas apenas 10 possuíam algum programa de atendimento a aluno e, que as Universidades Estaduais de Maringá e de Londrina são exemplos da implementação de ações para permanência dos alunos com deficiência no ensino superior.

A inclusão no ensino superior é um direito garantido pela legislação brasileira. No entanto a inclusão no ensino superior ainda é um desafio pois promover condições de acesso e permanência no ensino superior necessita de um criterioso planejamento da política de inclusão, considerando as relações envolvidas e o sujeito (Siqueira & Santana, 2010).

Ciantelli et al (2016) buscou traçar um panorama das ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade em favor da participação das pessoas com deficiência nas IFES através de um questionário online destinado aos coordenadores. Participaram 17 coordenadores. As respostas foram caracterizadas em estrutura física; estrutura humana; e, ajuda técnica que conjuntamente buscavam a remoção de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, programáticas e atitudinais. As diferentes barreiras em conjunto podem impedir a participação da pessoa com deficiência no ambiente universitário. Ainda foi evidenciada a necessidade de um investimento na acessibilidade em todos os segmentos da universidade, através de ofertas de sensibilização através da informação, de conhecimento e da conscientização dos dispositivos legais e políticas relacionadas à remoção das barreiras, bem como a alteração institucionais internas.

As pesquisas de OLIVEIRA (2003), SASAZAWA (2005), DREZZA (2007) e FERREIRA (2007) apontam programas de acessibilidade e serviços de apoio aos alunos com deficiência matriculados no ensino superior e a maneira como foram desenvolvidos. A Universidade Estadual de Londrina é a universidade que possui serviços de apoio às pessoas com deficiência há mais tempo, desde 1991 (FERREIRA, 2007). Ainda na Universidade Estadual de Londrina, os estudantes apontam o programa como exercendo um papel relevante durante a permanência dos mesmos no ensino superior (OLIVEIRA, 2003). Embora algumas IFES possuam esse serviço, somente ele não é suficiente, como por exemplo na Universidade Estadual de Maringá são apontadas algumas barreiras como o tempo para realização das provas e a devolução dos livros na biblioteca, como não sendo satisfatórios (SASAZAWA, 2005). Há

ainda a necessidade do apoio à recepção e permanência desses alunos, apontado por DREZZA (2007) na Universidade Cidade de São Paulo.

A acessibilidade nas instituições federais de ensino superior (IFES) é oportunizada por meio do Programa Incluir – acessibilidade na educação superior (2005) e, a partir de 2012, o MEC apoia financeiramente a institucionalização de políticas de acessibilidade no ensino superior, por meio dos núcleos de acessibilidade configurado nos seguintes eixos: infraestrutura; currículo, comunicação e informação; programas de extensão e; programas de pesquisa (BRASIL, 2013). Os usos de serviços de apoio necessitam preencher as demandas dos alunos PAEE e que abarquem a formação global do estudante, articulando as atividades desenvolvidas com os propósitos educativo-formativos (SOBRINHO et al, 2016). Castro (2011) realizou uma pesquisa sobre o ingresso e a permanência dos alunos com deficiência nas universidades públicas brasileiras, através da investigação em 13 universidades que possuíam mais de 20 alunos com deficiência matriculados. Participaram da pesquisa os responsáveis sobre a acessibilidade nas universidades e o aluno com deficiência indicado pelos coordenadores dos núcleos de acessibilidade, através de questionários, entrevistas, documentos, observação direta informal com registro de campo e artefatos físicos. Os dados apontam 9 universidades com serviço específico, 3 com apoio inespecífico e 1 sem serviço institucionalizado (mas que busca prover as necessidades de seus alunos). Existe uma relação de serviço recente com as políticas de financiamento de ações voltadas para a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Em relação aos alunos, eles não eram questionados diretamente sobre as barreiras encontradas, mas isso foi predominante em seus discursos. E conclui-se que serviços facilitadores sobre o ingresso e a permanência dos alunos com deficiência foram encontrados nas instituições como as modificações realizadas nas bibliotecas, a legislação institucional, a organização de departamento de apoio à inclusão, entre outros e, como desafios para as IFES estão o rompimento de barreiras e oportunização das condições de acessibilidade, criando alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos professores.

O Censo da Educação Superior – MEC/INEP aponta que as matrículas de pessoas com deficiência aumentaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011, representando um aumento de 358%. Ressaltando que 72% das matrículas de tais estudantes nas IES se dá nas Instituições Privadas de Educação Superior (BRASIL, 2013).

Os últimos Censos (INEP, 2015) apontam um número de matrículas de estudantes com deficiência matriculados no ensino superior brasileiro de 23.250 em 2011, 27.143 em 2012, 29.034 em 2013, 33.377 em 2014 e 37.927 em 2015. Um aumento expressivo de 14.677 alunos com deficiência no período de 2011 à 2015, representando um aumento de aproximadamente 63,12% em um período de 4 anos.

O número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior vem crescendo, porém proporcionalmente ainda é um número muito baixo. Em 2015 o número total de matrículas foi de 8.027.297 e o número de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior foi de 37.927, o que representa aproximadamente 0,5% do total de alunos, que é um número baixo (INEP, 2015).

Entretanto, questiona-se o expressivo aumento no número de matrículas dos alunos com deficiência no ensino superior se não somente o acesso é garantido, mas também a garantia da permanência e da participação efetiva nesse meio.

Fortes (2005) analisou o processo de inclusão de três alunos com deficiência visual na universidade, utilizando o estudo de caso e a entrevista. A análise aponta que a inclusão proporciona a superação de barreiras, além de apontar a superação além do ambiente acadêmico. A universidade ainda realizou ações para acesso e permanência desses alunos, como preparação de docentes e funcionários, orientação à comunidade, quebra de barreiras atitudinais e pedagógicas, apoio humano e material que foram essenciais ao pleno desenvolvimento desses alunos.

Ferreira (2010) investigou experiências vivenciadas por estudantes com deficiência visual em instituições de ensino superior na cidade de Uberlândia/MG e descreveu a trajetória desses alunos buscando identificar facilitadores e dificultadores desse processo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com treze sujeitos. Como resultados os recursos tecnológicos aparecem como facilitadores da aprendizagem e como encorajamento para a busca de um curso universitário, mesmo que as atitudes institucionais sejam insuficientes para o atendimento das necessidades dos alunos com deficiência visual. As barreiras apontadas são referentes aos altos custos dos materiais, barreiras atitudinais e carência de pessoal especializado.

Guerreiro (2011) apresenta um estudo de caso de uma universidade pública federal e mostra o aumento expressivo dos alunos com deficiência no ensino superior, bem como o aumento da preocupação com esses alunos, com sua permanência e sucesso acadêmico, porém

existe a necessidade de adaptações a serem realizadas para que isso aconteça de fato. Ainda para Guerreiro (2011), a educação especial no ensino superior é:

(...) questão emergente e urgente que traz desafios tanto para a administração (novo modelo de gestão e construção), para o corpo de professores (novas práticas pedagógicas), para os pares (novas formas de relacionamento) e para o próprio aluno com deficiência. Traz desafios para a administração pública municipal pela demanda de transporte coletivo urbano adaptado, como também para as empresas ou órgãos privados pela necessidade de prover a acessibilidade aos prédios e serviços. (2011, p.27)

O estudo de Castro (2011) mostra uma parte da realidade nacional em relação aos serviços de apoio e acessibilidade para os alunos com deficiência matriculados no ensino superior. Mas como será que as IFES dão o suporte para esses alunos? Os núcleos de apoio são descritos nos sites, que é o primeiro contato que o aluno pode realizar antes do ingresso para saber como se dá a inclusão em cada IFES específica? E em relação ao aluno com deficiência visual?

Silva (2016) examinou como 14 universitários com deficiência analisam as condições de acessibilidade de três universidades públicas brasileiras. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e recorreu-se a uma análise de conteúdo em cinco eixos: a) trajetória escolar: da educação básica à educação superior; b) percepção dos estudantes sobre os apoios oferecidos pela universidade durante a graduação; c) condições de acessibilidade na universidade; d) perspectivas sobre o processo de aprendizagem em sala de aula; e, e) expectativas sobre a formação universitária. Os resultados evidenciam ações em favor do acesso e permanência desses estudantes como adaptação do exame vestibular, bolsa auxílio e rampas de acesso a espaços específicos da universidade, houve poucos relatos com informações sobre as políticas institucionais para o funcionamento dos serviços e apoios ofertados, voltando a resposta dos participantes para a acessibilidade física e comunicacional como barreiras.

Considerando os dados e avanços frente a inclusão dos alunos com deficiências, nota-se que tais alunos vêm ingressando no ensino superior, e quais são as adequações que vem sendo feitas para o aluno com deficiência visual? O que existe nas instituições federais de ensino superior em termos de acessibilidade para os alunos com deficiência visual que ingressam no ensino superior?

Considerando o caso de pessoas com deficiência visual que ingressaram em universidades públicas, pode-se dizer que já trilharam uma trajetória de sucesso escolar, mesmo em meio a muitos desafios. E é possível que tenham habilidades para lidar com uma série de obstáculos que se interponham em seu caminho que envolvam o aprendizado acadêmico. Entretanto, considerando que a proposta da Educação Inclusiva prevê que não são as pessoas com deficiência que devem se adequar a sociedade, mas justamente o oposto que, no caso do ensino superior, é a universidade que necessita se reestruturar para propiciar o aprendizado com a oferta de serviços que garantam a igualdade de oportunidades a todos, considera-se extremamente importante a realização de estudos que investiguem o modo como as universidades têm se reestruturado para ofertar serviços e garantir a acessibilidade física e aos conteúdos acadêmicos a esses alunos.

2 Objetivos

2.1 Geral

Identificar e analisar descritivamente os serviços de apoio oferecidos por núcleos de acessibilidade das IFES aos alunos com deficiência visual no Ensino Superior.

2.2 Específicos

Descrever características de atuação dos núcleos de acessibilidade de IFES para o aluno com deficiência visual, na visão de coordenadores;

Verificar se há descrição online de serviços oferecidos aos alunos com deficiência visual nos sites dos núcleos de acessibilidade de IFES brasileiras e, em caso afirmativo, quais tipos de informação são oferecidos;

3 Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sendo um estudo predominantemente descritivo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

3.1 Aspectos Éticos

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos, para análise de sua viabilidade e adequação e obteve aprovação (CAEE: 62381616.20000.5504 - vide anexo 1). Adicionalmente, vale destacar que foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide Apêndice 1) para que os participantes tivessem clareza dos objetivos do estudo, a forma de participação dos mesmos, os benefícios e riscos, a garantia de sigilo das informações e da identidade dos participantes, além da liberdade dos mesmos em interromper sua participação sem quaisquer prejuízos.

3.2 Percurso para Contatar os Participantes do Estudo para Identificar as IFES Brasileiras

Inicialmente foi realizada uma busca avançada no *site* do MEC (<http://emec.mec.gov.br/>), tendo como critério de inclusão para a participação no estudo, ser uma Instituição de Ensino Federal, de categoria administrativa pública federal e organização acadêmica universidade. O site do MEC apontou para a existência de 66 IFES. Após a listagem das IFES houve uma busca pelos serviços de apoio e de acessibilidade nos *sites* das universidades. A busca foi realizada separadamente nos *sites* de cada universidade, por meio do uso das seguintes palavras-chave: “núcleo de acessibilidade”, “ações afirmativas”, “serviços de apoio às pessoas com deficiência” e “deficiência visual”, buscando informações sobre os serviços de acessibilidade e de apoio para os alunos com deficiência, mais especificamente sobre a deficiência visual, e se as informações se encontravam no próprio *site* da IFES ou em um *site* próprio do núcleo. A partir disso, cada instituição, seu *sítio* eletrônico oficial e/ou de seu núcleo de acessibilidade (quando havia essa informação) foram listados e subdivididos por regiões do país (vide Apêndice 5). Para identificar as informações a respeito dos serviços de

apoio oferecidos aos alunos com deficiência visual, fez-se uma busca nos *sites* por informações como quais os serviços oferecidos aos alunos, orientações aos alunos ou aos docentes das IFES sobre como trabalhar com os alunos com DV (vide Apêndice 6).

De posse das informações sobre o núcleo, todos os e-mails (dos núcleos de cada IFE) foram listados para efetuar o convite de participação aos coordenadores dos núcleos. O contato com os núcleos foi realizado via e-mail, dirigindo-se diretamente ao coordenador do núcleo de acessibilidade, porém houve certa dificuldade na disposição de tais informações, pois alguns contatos estavam desatualizados e, em algumas páginas de núcleos de acessibilidade, não havia contato disponibilizado. Assim, além do contato direto da pesquisadora com os núcleos por meio das informações obtidas nos *sites*, houve também a intermediação da orientadora, que na ocasião participava de um grupo (de e-mail) de coordenadores de núcleos de acessibilidades de universidades brasileiras, e recebia atualizações dos e-mails dos núcleos e dos coordenadores com certa frequência. Desse modo foi elaborado um e-mail para enviar a todos os membros desse grupo solicitando autorização dos mesmos para repassar o contato atualizado do núcleo ou do coordenador para a pesquisadora. A seguir, a cópia do e-mail:

Data: Thu, 23 Feb 2017 17:35:04 -0300

Pessoal, sou membro da coordenadoria de inclusão da UFSCar e tenho uma aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial que está fazendo um trabalho cujo objetivo é identificar os tipos de serviços oferecidos para alunos com deficiência visual matriculados no ensino superior nas IFES do país.

Ela já fez algumas tentativas de busca de endereços de emails dos núcleos de acessibilidade, mas nem sempre consegue essa informação nos sites das IFES. Como temos esse canal de comunicação privilegiado, gostaria de pedir a autorização de vocês para passar o email dos núcleos à aluna Daniele Sentevil da Silva. Peço que aqueles que não concordarem em eu passar o email do núcleo à aluna, que respondam de forma privada para mim por favor. Os que NÃO responderem, entenderei que posso passar o email para a aluna entrar em contato com o núcleo. Desde já agradeço a colaboração!

Abçs

Da lista de e-mails dos contatos da orientadora, alguns se manifestaram positivamente à participação, porém pediram para passar o e-mail institucional do núcleo ao invés do e-mail direto do coordenador. Tais solicitações foram atendidas. Entretanto, aos que não se manifestaram foi enviado um e-mail para o contato do coordenador presente na lista de e-mails da orientadora.

De uma lista de 127 contatos, apenas 10 retornaram à solicitação de participação na pesquisa. Vale salientar que o e-mail individual convidando o coordenador a participar da

pesquisa foi enviado três vezes com um intervalo de tempo de aproximadamente 15 dias entre cada tentativa. Além disso, considerando que há 66 IFES cadastradas no MEC, na lista de e-mails da orientadora também constavam coordenadores de universidades estaduais e de institutos federais, entretanto não eram alvo da presente pesquisa, portanto foram excluídos. Aos que retornaram o contato, foi solicitado, ainda, a indicação dos alunos com deficiência visual matriculados em sua IFES e que geravam demandas ao núcleo, através da solicitação de e-mail ou telefone para contato direto com esses alunos. Dos 10 coordenadores participantes, apenas quatro indicaram alunos com deficiência visual matriculados, e disponibilizaram o contato somente via e-mail desses alunos, porém não obtivemos retorno dos alunos (inicialmente havia um interesse em que alunos com deficiência visual fossem participantes da pesquisa, mas a estratégia para contatá-los –e-mail- não foi promissora).

O contato foi realizado via e-mail, para verificar a disponibilidade dos coordenadores em participar da pesquisa. Tal participação consistia em responder a um questionário semiestruturado, via *Google Drive*, contendo questões que abordavam temas como dados de formação, dos serviços e recursos de acessibilidade oferecidos pela universidade para alunos com deficiência visual, sua avaliação em relação aos serviços prestados a esses alunos, além do tempo de existência e funcionamento do núcleo (vide as questões do questionário no Apêndice 3).

3.3 Participantes

Participaram da pesquisa 10 coordenadores de núcleos de acessibilidade de IFES brasileiras, sendo a média de idade dos coordenadores de 43,1 anos, variando entre 32 e 58 anos, o desvio padrão foi de aproximadamente 9. O tempo médio de atuação profissional foi de 23,25 anos, sendo a média de 12,2 anos em relação à atuação profissional com alunos com deficiência, ou seja, todos com experiência em relação ao atendimento a esse público de forma geral. O tempo médio de atuação no núcleo de acessibilidade foi de 5,3 anos, sendo o tempo máximo de 12 anos e o mínimo de 1,5 anos. Os coordenadores possuíam formação inicial em diferentes áreas como psicologia, pedagogia, Terapia ocupacional, dentre outros, mas todos tinham experiência de atuação com alunos com deficiência.

A Tabela 1, as seguir representa os dados de caracterização dos coordenadores e sua instituição de origem.

Tabela 1: Caracterização dos participantes.

Coordenador	Idade	Formação inicial	Formação continuada na área e temática – especialização (E), mestrado (M) ou doutorado (D)	Tempo de atuação profissional	Tempo de atuação profissional em relação aos alunos com deficiência	Tempo de atuação no núcleo
C1	50	Terapia Ocupacional	E: Terapia de mão M e D: em Engenharia Mecânica	29 anos	5 anos	3 anos
C2	45	Educação Física	M e D: Educação Física Inclusiva	30 anos	25 anos	4 anos
C3	35	Psicologia	E: em Política Social	6,5 anos	2, 5 anos	2,5 anos
C4	41	Terapia Ocupacional	E: Educação Especial M: Educação D: em andamento em Linguística	19 anos	6 anos	6 anos
C5	50	Fonoaudiologia	E: Educação Especial M e D: Linguística	32 anos	30 anos	2,5 anos
C6	58	Psicologia	E: em Psicomotricidade Mestrado em Saúde e Comportamento	33 anos	33 anos	12 anos
C7	32	Pedagogia	E: Psicopedagogia	4,5 anos	8,5 anos	8,5 anos
C8	35	Licenciatura em Matemática	M: Educação	17 anos	4 anos	4 anos
C9	34	Fonoaudiologia e Pedagogia	E: em Linguagem, Informática em Educação, Audiologia e LIBRAS	9 anos	1 ano	1,5 anos

			M: em Ciências da Linguagem			
			D: em andamento em Ciências da Linguagem			
C10	51	Terapeuta Ocupacional	M: em Saúde, Sociedade e Ambiente	25 anos	7 anos	9 anos

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2, a seguir representa os dados de caracterização das IFES, cujos coordenadores estavam alocados.

Tabela 2: Caracterização das IFES participantes.

IFES	Número total de alunos (aproximado)	Alunos com deficiência	Total de alunos com deficiência visual	Porcentagem de alunos com deficiência	Coordenador	Região do núcleo
IFES1	49mil (2015)	362	129	0,74%	C6	Sudeste
IFES2	20,3mil (2014)	220	65	1,1%	C2	Centro-Oeste
IFES3	31mil (2014)	250	58	0,8%	C5	Nordeste
IFES4	22,3mil (2012)	310	52	1,4%	C3	Nordeste
IFES5	43,4mil (2016)	438	30	1%	C1	Nordeste
IFES6	12,5mil (2014)	98	25	0,78%	C9	Sul
IFES7	27,5mil (2010)	87	24	0,32%	C10	Nordeste
IFES8	6,5mil (2014)	33	11	0,5%	C8	Sul
IFES9	6,3mil (2014)	10	5	0,15%	C7	Sudeste
IFES10	7mil (2012)	- ²	5	-	C4	Sudeste

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que a IFES com mais alunos com deficiência é a IFES5, seguida pela IFES1, ambas também com maior número total de alunos, porém a IFES1 possui mais alunos com deficiência visual. Em relação a participação dos coordenadores, quatro participantes pertenciam à IFES da região Nordeste, três de IFES da região sudeste, dois da região sul e um da região centro-oeste do país.

3.4 Procedimento de Coleta de Dados

Para a identificação de informações *online* acerca dos serviços de apoio ofertados aos alunos e disponibilizadas ao público em geral, a pesquisadora entrou em cada site dos respectivos núcleos fez uma varredura em todas as informações, com foco para informações que fossem específicas aos alunos com deficiência visual.

3.5 Procedimento de Análise dos Dados

Para as respostas dos coordenadores às questões do questionário, optou-se por agrupá-las em dois grupos: 1) Descrição da IFES, dos núcleos e do coordenador, em que foi feita uma descrição sucinta sobre a IFES, o núcleo e as características do coordenador; 2) Descrição dos serviços de apoio e acessibilidade do núcleo, na visão do coordenador, cujo foco era o de descrever os serviços de apoio que o núcleo ofertava aos alunos com deficiência, mais especificamente aos alunos com deficiência visual, e também os tipos de acessibilidade que o núcleo ou a instituição apresentavam (arquitetônica, informacional, etc).

Já com relação aos dados coletados nos sites, referentes às informações online disponibilizadas nos sites dos núcleos de acessibilidade ou nos sites das IFES, foram realizadas buscas de descrição dos serviços oferecidos aos alunos com deficiência e, mais especificamente, aos alunos com DV.

² A IFES10 não disponibilizou o número total de alunos com deficiência matriculados na instituição.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a apresentação dos resultados, optou-se por fazer a descrição das IFES, núcleos de acessibilidade e dos serviços de apoio oferecidos por ordem decrescente de alunos com deficiência visual matriculados no período da coleta de dados em cada IFES. Os resultados serão apresentados de acordo com as IFES, com base nas informações fornecidas pelos coordenadores dos núcleos e com base nas informações presentes nos sites das instituições participantes.

4.1 IFES 1

4.1.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A instituição está localizada na região sudeste, existe desde 1927 oferecendo vários cursos de graduação e pós-graduação. Na data da coleta, possuía cerca de 49 mil alunos (2015), desses 362 alunos com deficiência na graduação e na pós-graduação, sendo 129 alunos com deficiência visual. De todas as instituições participantes do estudo, esta concentrou maior número de alunos com deficiência em geral, e também maior número de alunos com deficiência visual.

A IFES1 possui o núcleo de acessibilidade e inclusão desde fevereiro de 2015, mas anteriormente contava com uma comissão de apoio à pessoa com deficiência. Atualmente possui uma coordenação geral composta por 2 professores, 15 bolsistas, 5 intérpretes, 1 secretária e 2 servidores técnico administrativos que atuam diretamente com o atendimento dos alunos com DV.

Na ocasião a coordenadora do núcleo, contava com 50 anos de idade, formação inicial em Terapia Ocupacional, com especialização em Terapia de Mão e mestrado e doutorado em Engenharia Mecânica. Tempo de atuação profissional de 29 anos sendo 5 anos com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 3 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.1.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

De acordo com a coordenadora, na matrícula os alunos são convidados a responderem sobre sua condição e respectiva caracterização da deficiência, se faz uso de algum auxílio ou dispositivo. Ao se declararem com deficiência o núcleo entra em contato e os convida a conhecer o trabalho desenvolvido, bem como informar sobre o serviço disponível e sobre as formas de acompanhamento.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES1 possui um Centro de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual, lá são realizadas produção de material (braille, material ampliado, diferentes contrastes, audiolivros, partituras em braille), além de dispor de recursos tecnológicos para apoio aos alunos (lupa eletrônica, impressora braile, *softwares* específicos, computadores com monitor ampliado e todos os recursos de acessibilidade, entre outros). Todos esses recursos visam atender as questões de acessibilidade na comunicação, na informação e pedagógica.

O Núcleo não possui demandas não atendidas, segundo a coordenadora, sendo que o que pode acontecer é a demora na realização da tarefa, seja pela dificuldade do contato com o professor ou na entrega do material a ser feito pelo aluno.

4.1.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

No site da instituição 1 não há nenhuma seção sobre serviços de apoio disponibilizados aos alunos, com esse título. As opções aos leitores em termos de ícones que podem ser acessados, além de informações básicas do núcleo como contato, endereço etc são: ‘Notícias’; ‘Editais e normas’ (editais para bolsistas por exemplo); ‘Solicitar intérprete Libras’ e; ‘Guia viver - nome da instituição’.

Em dois desses ícones (‘Notícias’ e ‘Guia Viver’) temos informações importantes para os alunos, especialmente aos alunos com deficiência visual, mas que inicialmente o aluno necessitará explorar esses ícones que em suas temáticas gerais não dão dicas a respeito do conteúdo que os mesmos possuem.

No ícone ‘Notícias’, quando você clica, há somente duas opções dentro dele: 1) Semana do conhecimento; 2) Um material em PDF de 15 páginas cujo título é CADV (Centro de Apoio ao Deficiente Visual) com muitas informações acerca de: a universidade e a inclusão

informacional; explicação do que o CADV; estrutura física e tecnológica do CADV; dicas para uma boa relação professor-aluno com DV, voltadas ao professor e incluindo aspectos ‘legais’ (legislação) sobre a necessidade de maior tempo para os alunos realizarem as avaliações e ações que fazem a diferença, em que há solicitação aos professores que encaminhem o cronograma e as referências bibliográficas ao CADV com antecedência para possam realizar as devidas adaptações em tempo hábil para o aluno.

Nota-se na verdade que esse material pode ser útil ao aluno com deficiência visual, mas é muito mais voltado aos professores do que propriamente aos alunos e talvez se a instituição mudasse a forma de divulgar o material (ex. colocar uma seção aos professores e acrescentar ícones relativos ao que é importante esses professores saberem em termos gerais a respeito das diferentes condições relacionadas ao PAEE e também dicas e solicitações específicas para cada tipo de deficiência, ou pelo menos as deficiências mais predominantes no campus (que parece ser deficiência visual e surdez, uma vez que um dos ícones da instituição denomina-se ‘Solicitar intérprete Libras’).

O ícone ‘Guia Viver’, na verdade é um material em PDF com 88 páginas e pelas informações nele contidas, nota-se que ele é um manual ou um guia para os alunos em geral e não especificamente um guia para os alunos do PAEE. Ele contém informações sobre a universidade, como ela se estrutura, unidades acadêmicas, formas de ingresso na graduação, assistência estudantil, autodeclaração de pertencimento (étnico-racial), cursos e vagas, telefones úteis, dentre outros.

O site da IFES 1 não conta com atualizações pois suas publicações não são datadas, porém perceber-se que é um site com manutenção regular devido ao seu conteúdo e ao suporte oferecido aos alunos dessa IFES.

Considerando que essa IFES concentra mais de cem alunos com deficiência visual matriculados em cursos de graduação, seria interessante que o site dispusesse as informações sobre o CADV em uma seção específica que não no ícone de ‘Notícias’, assim como há um ícone específico para solicitação de intérprete Libras, no qual rapidamente o aluno com surdez identifica que existe o apoio de que ele necessita e tem direito por lei de forma rápida e de fácil acesso, ainda mais se pensarmos que o estudante cego, por exemplo, faz um caminho mais demorado para acessar os subitens de ícones principais.

Apesar de as informações a respeito dos serviços para alunos com deficiência visual não estarem dispostas de modo facilmente identificável, nota-se que, tanto pelas informações dadas

pela coordenadora quanto pela descrição dos serviços oferecidos aos alunos com deficiência visual no site do núcleo, que esta instituição procura realizar ações para a permanência desses alunos, fornecendo apoio humano e material que são de grande importância ao desenvolvimento das habilidades acadêmicas dos alunos. Esses dados vão ao encontro do estudo de Fortes (2005) que, ao analisar o processo de inclusão de três alunos com DV, verificou que a universidade realizava ações como a preparação de docentes e funcionários, orientação à comunidade, apoio humano e material para que eles obtivessem sucesso em sua trajetória escolar na universidade.

4.2 IFES 2

4.2.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES 2 está localizada na região centro-oeste do país e foi fundada em 1960. Possui cerca de 20 mil alunos (2014) sendo desses aproximadamente 220 alunos com deficiência e 65 alunos com deficiência visual. Durante a matrícula ou a rematrícula é realizada a autodeclaração dos alunos com deficiência, que solicitam o apoio do núcleo pelo sistema acadêmico ou por intermédio do professor. O Núcleo de Acessibilidade da IFES2 existe desde 2008 e faz parte da Prograd.

Na ocasião a coordenadora do núcleo tinha 45 anos de idade, formação inicial em educação física, com mestrado e doutorado em educação física inclusiva. Tempo de atuação profissional de 30 anos sendo 25 anos com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 4 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.2.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

A coordenadora da IFES2 apresentou respostas muito sucintas a respeito dos serviços prestados pelo núcleo, salientando apenas que a universidade possui um laboratório de acessibilidade informacional, que atende demandas de materiais (“Temos o Laboratório de acessibilidade informacional que atende mais especificamente as demandas de materiais”), como: ampliação impressa e digital, digitalização e conversão para alunos cegos, computadores

com softwares específicos, acesso à lupa digital portátil, scanner leitor de livros, scanner digitalizador de imagens, leitor de livros digitais, folheador de páginas, assinadores e regletes.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES2 não possui demandas que não são atendidas, de acordo com os dados informados pela coordenadora.

4.2.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

A IFES 2 apresenta um *site* com mais possibilidades de ícones e algumas seções importantes bem relevantes aos alunos do PAEE já constam na página inicial como por exemplo o de ‘Serviços’, no qual há três ícones que aparecem juntamente com o nome ‘Serviços’ que já podem direcionar o aluno rapidamente a conhecer esses serviços.

Mas antes de mencionar a descrição dos serviços disponibilizados, vamos descrever as informações contidas no site de modo geral. Logo na parte esquerda superior do site há o ícone ‘Menu’ que, quando você clica nele, abrem cinco novos ícones (Conheça o Núcleo; Projetos do Núcleo; SINACE (Sistema integrado de núcleos de acessibilidade dessa instituição em particular); Fotos de eventos e; Informações.

Dentro do ícone Projetos do Núcleo existe um denominado ‘Informação acessível’, no qual há uma descrição dos esforços da instituição em tornar acessíveis seus sites e páginas (ampliação de letras, contrastes, teclas para ir a informação buscada, programa de leitor de tela). Nesse ícone já é possível notar uma preocupação dessa IFES com o aluno cego ou com baixa visão em termos de acessibilidade da informação contida no site da IFES. Já no ícone ‘Informações’, há um link contando sobre a web acessível e um intitulado Braille (que também demonstra algum cuidado ou preocupação com os alunos cegos).

Logo abaixo do menu, na tela do site há quatro grandes ícones intitulados ‘SINACE’; ‘Sobre o SINACE’; ‘SE INCLUI’ (curso para docentes sobre a inclusão no Ensino Superior para os campus da IFES 2, que se assemelha uma aula com slides e vídeos sobre a inclusão); ‘DOCUMENTOS’(legislação sobre inclusão no Ensino Superior).

Mais ao centro da primeira tela do site tem a seção ‘Serviços’, mais abaixo da tela principal, uma seção com ícones das regionais (campus da IFES) e mais abaixo uma seção de notícias do site. Por uma questão de foco do presente trabalho, daremos maior ênfase na seção ‘Serviços’.

Na seção ‘Serviços’ temos três grandes ícones: 1) ‘Apoio Pedagógico’, que quando você clica aparecem informações como: o que é o apoio pedagógico, como solicitar o apoio pedagógico e em há para o aluno uma espécie de passo a passo descrita e com imagens para facilitar a compreensão do processo; 2) ‘Intérprete Libras’, com informações e um formulário para que o aluno com surdez faça a solicitação desse serviço; 3) ‘LAI (laboratório de Acessibilidade Informacional)’, sendo que esse laboratório oferece os seguintes serviços: Acesso à lupa digital portátil; Ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais; Assinadores para auxílio no preenchimento de assinatura; Computadores adaptados com *softwares* leitores e ampliadores de tela; Digitalização e conversão de material para alunos cegos; Escaner digitalizador de imagens; Escaner leitor de livros; Folheador de páginas; Impressão em braile; Leitor de livros digitais; Regletes.

Nota-se que, além do aluno com deficiência visual poder requerer o serviço de apoio pedagógico, ele ainda conta com todos os serviços oferecidos pelo LAI, informações essas presentes no site do núcleo dessa IFES. O site ajuda muito o aluno com deficiência visual a ter uma clareza das possibilidades de serviços de que ele dispõe enquanto um aluno com deficiência visual. É muito provável que um aluno com deficiência visual que procure informações *online* acerca dos tipos de serviços que as universidades oferecem para que ele possa seguir sua trajetória acadêmica no Ensino Superior com condições de igualdade com outros alunos com desenvolvimento típico, tenha uma impressão positiva das informações contidas no *site* da IFES 2.

As atualizações do site da IFES 2 são semanais e englobam notícias e editais da universidade relacionados ao núcleo de acessibilidade e aos alunos com deficiência.

Se considerarmos que a IFES 2 (20 mil alunos aproximadamente) têm metade em termos de número total de alunos IFES1 (49mil aproximadamente), e também de número de alunos com deficiência visual, nota-se que pelas informações disponibilizadas e pelo formato do *site* do núcleo da IFES 2, a IFES 2 parece demonstrar maiores investimentos à questão da divulgação online dos serviços para o aluno com deficiência visual que a IFES 1. A IFES 2 apresenta um número maior de informações e, não apenas isso, mas também o fato de ter a seção de ‘Serviços’ disposta na página inicial do site, já direciona a atenção do aluno com deficiência para esse ícone, o qual provavelmente seja um dos interesses prioritários dos alunos do PAEE ao acessar o *site* do núcleo. Ter essas informações constando no *site* do núcleo podem inclusive direcionar um aluno do PAEE a escolher por exemplo realizar um curso na IFES 2 e

não a 1 pela forma como os serviços estão descritos nos sites dos núcleos, uma vez que o estudo de Ferreira (2010) apontou que os recursos tecnológicos são importantes facilitadores da aprendizagem e para o encorajamento da busca de um curso universitário, mesmo que as atitudes institucionais sejam insuficientes para o atendimento das necessidades dos alunos com deficiência visual.

Vale ainda salientar que, se fôssemos focar nas informações dadas apenas pela coordenadora do núcleo, é possível supor que a IFES oferece serviços específicos ao aluno com deficiência visual, mas não dá pra vislumbrar todo o cuidado que a instituição tem acerca, por exemplo, da acessibilidade digital dos *sites* da instituição, dentre outros. Por esta razão, a coleta de dados com mais de um informante ou uma fonte sempre agrega um conhecimento diferenciado do fenômeno estudado (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006). Além disso, por meio dessas informações podemos inferir que essa IFES está mais estruturada com relação aos serviços oferecidos aos alunos com deficiência e, ainda, com a divulgação desses serviços à população.

4.3 IFES 3

4.3.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES 3 está localizada na região nordeste. Sua fundação é datada de 1963. A IFES3 possui cerca de 31 mil alunos (2014) sendo aproximadamente 250 alunos com deficiência, desses 58 alunos com deficiência visual. Quando os alunos com deficiência concorrem pelas cotas, existe a obrigatoriedade de passar por uma perícia médica. Assim, esse é o primeiro contato e realizar a identificação das necessidades. Já se o aluno concorre por ampla concorrência só existe o contato se o aluno procurar algum setor da IFES ou algum departamento passar essa informação.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES3 existe desde outubro de 2014 e está vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Possui uma equipe com 3 técnicos em Assuntos Educacionais e 16 Interpretes de Libras. Oferece também o serviço de confecção de material braile em duas bibliotecas da universidade com profissionais transcritores em Braille e tecnologia assistiva impressora braile, lupa eletrônica, leitora autônoma, gravadores de voz, softwares leitores de telas, impressora de relevos táteis).

Na ocasião a coordenadora do núcleo possuía 35 anos de idade, sua formação inicial foi em psicologia, com especialização em Política Social. O tempo de atuação profissional de 6,5 anos sendo 2,5 anos com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 2,5 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.3.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

Segundo a coordenadora, a IFES3 possui em sua maior parte piso tátil, mas ainda tem pontos sem esse piso e não possui mapas táteis. Os informes são passados por e-mail. O site da universidade não é acessível com os leitores gratuitos Dosvox e NVDA. Em relação aos materiais didáticos e pedagógicos existe a conversão de textos impressos em formatos digitais, quando há a necessidade e existe a confecção de materiais em relevo através da impressora de relevos táteis ou moldes de massa de modelar.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES3 não possui lista de espera de atendimento, porém possui algumas dificuldades na adaptação de alguns materiais. Segundo a própria coordenadora eles têm alguns alunos cegos que não estão recebendo materiais adaptados (“Temos um aluno cego, estudando Biologia, alunos cegos fazendo curso de fisioterapia, um aluno cego no curso de Geografia, entre outros. Alguns conteúdos não têm sido adaptados, como a disciplina ‘Diagnóstico por imagem’ que utiliza a análise de exames de raio-x. Atividades de laboratório, mapas e configurações de relevo para o curso de Geografia, etc”. Embora possuam a máquina fusora de relevos ela nem sempre é suficiente e gostariam de adquirir uma impressora 3D para auxiliar também na produção de material.

4.3.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

A IFES 3 não possui site próprio do núcleo. As informações sobre o núcleo de acessibilidade da IFES3 estão contidas no próprio site da IFES, sendo composto de notícias externas e pronunciamentos da própria IFES.

O site não possui atualizações constantes ou regulares, sendo as notícias datadas de 2014. Nas falas da coordenadora evidencia-se o uso dos recursos de tecnologia assistiva que

são oferecidos pela IFES3, porém o uso dos recursos de tecnologia assistiva não é caracterizado como um serviço de atendimento aos alunos com deficiência.

4.4 IFES 4

4.4.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES4 é localizada na região nordeste e sua fundação foi em 1955. Possui cerca de 22 mil alunos (2012) e tem aproximadamente 310 estudantes com deficiência (2017), sendo 52 com deficiência visual. A identificação é feita através do cadastramento do SISU, no qual a identificação e o encaminhamento é realizado antes do início do semestre letivo, além de confirmar os dados com o suporte de tecnologia da informação da própria IFES4. Os estudantes que ingressam sem cota são encaminhados através dos docentes ou coordenações até o setor.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES4 existe desde 2011 e desde 2013 está ligado diretamente ao Gabinete da Reitoria. O Núcleo possui sua própria equipe de técnico-administrativos e auxilia no acompanhamento de estudantes e servidores através de avaliações e acompanhamentos na própria IFES4. Além de realizar o empréstimo de equipamentos e treinamento de tecnologias assistiva oferecido pelo departamento de Terapia Ocupacional.

Na ocasião a coordenadora contava com 41 anos de idade, formação inicial em terapia ocupacional, com especialização em Educação Especial, mestrado em educação e doutorado em andamento em linguística. Tempo de atuação profissional de 19 anos sendo 6 anos com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 6 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.4.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

Quando questionada acerca dos serviços de apoio e dos recursos de acessibilidade para os alunos com deficiência visual, a resposta da coordenadora da IFES 4 focou apenas na questão de acessibilidade arquitetônica, como se vê em sua fala: “Hoje há apenas um trecho acessível de 50 metros com piso tátil que liga o restaurante universitário à biblioteca central, porém, temos um projeto que deverá ser licitado para 2018 para a construção de 7 km de rota

acessível externa dos prédios no campus I”. Não se obteve, portanto, informações da coordenação do núcleo sobre outros tipos de serviços ofertados ao aluno com deficiência visual, considerando que a IFES tinha na época da coleta de dados 58 alunos com deficiência visual matriculados, esperava-se saber como esses alunos são atendidos em suas necessidades acadêmicas, dentre outras.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES4 possui lista de espera para o empréstimo dos gravadores (atualmente possuem 40 gravadores) e notebooks (atualmente há 80 emprestados). Há dois anos não há repasse de verbas do governo federal e a média de entrada anual dos alunos com deficiência é de 100 ingressantes.

4.4.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

A IFES 4 não possui em seu site a aba serviços, porém as informações estão disponíveis no canto superior esquerdo em dois principais ícones que são subdivididos: Nome do núcleo de acessibilidade e assuntos; contendo no primeiro ‘apresentação, ‘comitê de inclusão e acessibilidade’, grupos de trabalho, estagiários, termo de aceitação, quem somos, links importantes e atas do N4 (Núcleo de Acessibilidade 4) e em, últimos editais, resultados, relatórios e manuais.

Ainda na página inicial do N4 temos a apresentação breve do núcleo com informações sobre a vinculação, criação e qual foi a resolução que deu origem ao N4. Sequencialmente temos o ícone “Últimas notícias” que contém informações sobre editais de seleção e resultados. Mais abaixo temos “Links importantes” que vai contar com o direcionamento a sites como o Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação, Formação online sobre Educação Inclusiva para docentes, Fundação Dorina Nowill, Laboratório de Acessibilidade da IFES4, Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital da IFES4 e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A partir desses links importantes percebe-se que a IFES4 dá um suporte aos docentes para a busca de informações e também oferece um link direcionado para a formação online sobre Educação Inclusiva para os docentes, além de ter dois links diretamente relacionados com a deficiência visual, que direcionam o leitor ao site do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação e da Fundação Dorina Nowill. Mais a direita temos “Manuais” que vão apresentar

documentos e artigos em PDF a respeito da inclusão escolar no Brasil e a inclusão no ensino superior. E mais abaixo “Editais” que contém informações sobre seleções no próprio N4.

Ao clicarmos nas interfaces do lado direito na opção ‘Nome do núcleo de acessibilidade’ em “Apresentação” tem-se a apresentação do núcleo como data de criação e com os representantes que fazem parte do núcleo prestando assessoria diretamente ao gabinete da reitoria. Na aba “Comitê de Acessibilidade e Inclusão” tem-se os nomes e contatos de e-mails, além dos cargos de cada um dentro do núcleo de acessibilidade, e ainda dos contatos das equipes técnicas de intérprete de Libras e revisores braille. Vale destacar que apesar de não apresentarem os serviços de forma direta, os usuários ou interessados ao menos têm a informação do contato das pessoas responsáveis por esses serviços, o que é muito importante porque nessa instituição havia 52 alunos com deficiência visual no período da coleta de dados.

Na aba “Grupos de Trabalho” são apresentados quatro grupos: Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônica, Grupo de Trabalho de Acessibilidade Atitudinal, Grupo de Trabalho de Acessibilidade Pedagógica e Grupo de Trabalho de Acessibilidade de Comunicação bem como a regulamentação da Resolução no. 9 do CONSUNI/2016 e um link para acesso. Na aba estagiários temos informações sobre os estagiários ligados ao núcleo, como nome, matrícula, e-mail, lotação (qual o tipo de estágio realizado) e início e término da bolsa. Na aba “Termo de Aceitação” temos Orientações para as diversas atividades de tradução/interpretação de Libras-Português da IFES4, as orientações contêm informações de como solicitar o profissional intérprete de Libras da IFES4 e qual o tempo necessário para esse agendamento, bem como atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão, os eventos organizados pela IFES4 e reuniões institucionais.

Nesse caso da Aba Estagiários, vemos mais uma vez que existem informações sobre como solicitar profissionais às necessidades de pessoas surdez ou deficiência auditiva, mas não há informações específicas para os alunos com deficiência visual. Um destaque a ser feito é que os grandes ícones ou abas não oferecem a informação de modo intuitivo a quem está procurando por informações específicas sobre serviços.

Ao clicar na aba “Quem somos” o site redireciona para a aba “Comitê de Inclusão e Acessibilidade”. Na aba “Links importantes” o site apresenta os mesmos links dispostos em sua página inicial. E, na última aba da opção Nome do núcleo de acessibilidade temos as “Atas do N4” que direciona para um arquivo em PDF.

Ainda no canto esquerdo, porém um pouco abaixo aparece as opções dentro da aba “Assuntos”. Nas opções “Editais” e “Resultados” aparecem todos os editais que o núcleo participou e os resultados das inscrições e resultados finais de seleção. Na aba “Relatórios” possui relatórios desde 2014 referentes às atividades realizadas ao longo do ano como Relatório Do Grupo de Trabalho de Acessibilidade Arquitetônica referente ao ano de 2014, além de modelo de relatório para estudantes que vem sendo apoiados pelo núcleo, também existem relatórios nomeados com o campus, que no caso da IFES4 possui uma unidade sede e quatro campus.

A última aba “Manuais” contém 38 manuais e guias para orientação englobando todos os tipos de deficiência, sendo específicos. No caso da deficiência visual aparece “Orientações para Apoiadores Deficiência Visual-Cegueira”, “Livro Audiodescrição práticas e reflexões” e “Material de apoio para docentes de pessoas com deficiência visual” e “Apresentação da prática pedagógica do setor braille”; e também mais amplos como “Cartilha de orientação para apoiadores”, “ABNT NBR9050 Edição 2015” e a “Consolidação da inclusão escolar no Brasil 2003 a 2016”, “Livro pesquisas em educação inclusiva”, “Artigo inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência”, “Ingresso, permanência e competência: Realidade possível para estudantes com necessidades educacionais especiais” e “Políticas afirmativas para a inclusão”.

No manual “Orientações para Apoiadores Deficiência Visual-Cegueira” é apresentada a definição de deficiência visual, como é realizada a mobilidade e instrumentos e tecnologia para facilitar a vida do estudante com deficiência visual (Reglete e Pulsão, Alfabeto, Assinador, CPqD Alcance, Programas para computador e Orientações).

No manual “Material de apoio para docentes de pessoas com deficiência visual” traz informações sobre o núcleo de acessibilidade e sobre o contato da IFES4 com o estudante com deficiência, ainda apresenta recursos que podem facilitar a inclusão do aluno com deficiência visual no ensino superior, como material em braille, em áudio ou ledor.

O site da IFES 4 possui atualização semanal, com a inclusão de manuais e nas últimas notícias de editais de seleção de bolsistas relacionados ao núcleo de acessibilidade.

Não existe a opção serviços no site da IFES4, porém existe a aba Links importantes e manuais que possuem materiais sobre todas as deficiências para consulta. Os recursos de tecnologia assistiva são bastantes emprestados pela IFES4, segundo a coordenadora possui inclusive uma lista de espera para uso desses.

4.5 IFES 5

4.5.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES5 está localizada na região nordeste e foi fundada em 1946. Possui cerca de 43,4 mil alunos (2016), sendo desses 438 alunos com deficiência, desses 30 alunos com deficiência visual. A informação dos alunos com deficiência é obtida através do setor de tecnologia e informática da IFES5. Atualmente é realizado o contato via e-mail para as pessoas que se autodeclaram com deficiência.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES5 existe desde 2014 e está ligado ao Gabinete do Reitor, possui três núcleos setoriais sendo um para cada campus.

Na ocasião a coordenadora tinha 50 anos de idade, formação inicial em fonoaudiologia, com especialização em Educação Especial. Tempo de atuação profissional de 32 anos sendo 30 anos com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 2,5 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.5.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

De acordo com o relato da coordenadora, a Acessibilidade Arquitetônica no campus principal engloba 60% de pisos táteis e a maior parte dos espaços contempla a acessibilidade física, exceto alguns prédios mais antigos que não são acessíveis, já os demais campi estão em fase de adaptação. Em relação à Acessibilidade na Comunicação não possuímos audiodescriptores, porém o serviço já foi oferecido via bolsistas que se desligaram da IFES. A Acessibilidade nos Sistemas de Informação é acessível para pessoas apenas com baixa visão, mas está em estudo um novo sistema com acessibilidade. A Acessibilidade de Material Didático e Pedagógico é realizada por um técnico braillista, que produz os materiais solicitados, ainda são oferecidos equipamentos como lupas eletrônicas, scanner de voz, regletes, punção, folhas para escrita do braille, assinador, notebooks e licenças Jaws. Possuímos também acervo publicado em braille.

No momento não haviam demandas não atendidas de alunos com deficiência na IFES5, de acordo com a coordenadora.

4.5.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

O N5 apresenta em sua página inicial uma breve descrição do núcleo e do público atendido e sequencialmente são apresentadas três opções: “Orientação em Acessibilidade”, “Editais, Documentos e Formulários” e, “Agenda- Intérprete de Libras”. Mais abaixo temos a opção “Destaques” com as últimas notícias e a opção “Eventos” com os eventos que vem acontecendo na IFES5.

No canto superior direito conta ainda com as mesmas opções anteriormente citadas, mas sem ser em formato de ícones: “Sobre”, “Orientação em Acessibilidade” e “Editais, Documentos e Formulários”.

A opção “Orientação em Acessibilidade” contém orientações para as diversas atividades de tradução/interpretação de Libras na IFES5, não contendo nenhuma informação sobre qualquer outro tipo de deficiência. O fato do *site* ter informações sobre serviços direcionados aos alunos com surdez ou deficiência auditiva é muito positivo e pode denotar que questões ligadas às leis que garantem seus direitos estejam ganhando cada vez mais espaço, como por exemplo, a obrigatoriedade da disciplina de Libras para as Licenciaturas (BRASIL, 2005) pode dar maior visibilidade às necessidades desse grupo. Entretanto, nota-se que apesar da IFES5 ter 30 alunos com deficiência visual no momento da coleta de dados, não foram encontradas informações sobre serviços específicos a esses alunos no site.

A aba “Editais, Documentos e Formulários” apresenta separadamente Editais e contém informações sobre as últimas bolsas vinculadas ao núcleo de acessibilidade da IFES5. Em Documentos e Formulários existe o registro de bolsistas e a frequência dos bolsistas, além do requerimento para acessibilidade na IFES5, que é um documento para solicitação de acessibilidade, podendo ser requerido tradutor e intérprete de Libras, audiodescritor/apoio em audiodescrição, bolsista de apoio ou suporte em tecnologia assistiva, além da necessidade de ser identificada a deficiência/necessidade específica entre deficiência auditiva, surdez, baixa visão, cegueira, deficiência física, dislexia, autismo, TDAH, altas habilidades/superdotação e outros (especificar).

Como anteriormente, as informações de “Orientação em Acessibilidade” e “Editais, Documentos e Formulários” são as mesmas clicando no ícone ou no canto superior direito. A aba sobre “Formulários” conta com informações do núcleo de acessibilidade, bem como um organograma que contém a instituição sede e mais três campi ligados à ela e ao N5, além dos nomes e contatos de e-mail de toda a equipe.

O site da IFES 5 possui atualização semanal com a inserção de notícias e editais na aba destaques e eventos que acontecerão na IFES5.

A coordenadora da IFES5 apresenta descrição dos recursos de tecnologia assistiva e do recurso pessoal. Os serviços oferecidos pela IFES5 para alunos com deficiência visual são a respeito da Acessibilidade de Material Didático e Pedagógico que é realizada pelo técnico braillista da IFES.

4.6 IFES 6

4.6.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES6 está localizada na região sul e foi fundada em 1969. Possui aproximadamente 12,5 mil alunos, sendo 98 alunos com deficiência e desses 25 alunos com deficiência visual. Os dados são obtidos através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que é parceira do Núcleo.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES6 existe desde 2005.

Na ocasião a coordenadora possuía 58 anos de idade, e sua formação inicial foi em Psicologia, com especialização em Psicomotricidade e mestrado em Saúde e Comportamento. Tempo de atuação profissional de 33 anos sendo o mesmo tempo com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 12 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.6.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

A coordenadora do núcleo da IFES 6 respondeu às questões com pouquíssimas palavras (conteúdo demasiadamente sucinto). Sobre serviços de apoio e tipos de acessibilidade ao aluno com deficiência visual, mencionou apenas que o contato do N6 com os alunos é realizado primeiramente no processo de matrículas e depois via e-mail e telefone. Não disponibilizou mais nenhuma informação, mesmo tendo informado anteriormente que na universidade eles têm 25 alunos com deficiência visual matriculados.

Todas as categorias de acessibilidade são oferecidas na IFES6, segundo a coordenadora e, ainda mencionou que não existem demandas não atendidas, pois o trabalho do núcleo é ofertado a todos os acadêmicos, de acordo com a coordenadora.

4.6.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

No site da IFES6 não foram encontradas informações a respeito do Núcleo de Acessibilidade. Ao analisarmos os dados obtidos na IFES6 vemos que essa instituição, ao não ter um site próprio do núcleo, conta com menos recursos de divulgação dos trabalhos realizados pelo N6 aos alunos, professores e demais interessados em saber informações sobre tais trabalhos, uma vez que não dispõem de dados *online* sobre os serviços ofertados aos alunos com deficiência. Nota-se que nessa IFES temos 25 alunos com DV, o que representa 25,5% dos alunos com deficiência da instituição, uma vez que o número total informado no período da coleta de dados foi de 98 alunos com deficiência. Essa falta de informação tanto por parte da coordenadora, como de dados online a respeito do núcleo vai ao encontro do estudo de Silva (2016) que também indicou haver poucos relatos (no caso, os participantes eram alunos com DV) sobre o funcionamento dos serviços e apoios ofertados aos alunos.

Vale destacar, ainda, que o núcleo dessa IFES foi criado em 2005, período que coincide com a criação do Programa INCLUIR (BRASIL, 2005), sendo que outras IFES que tiveram a criação do núcleo bem posterior (ex. IFES1 cujo núcleo foi criado oficialmente em 2015) já apresentam sites próprios dos núcleos, oferecendo uma ferramenta a mais aos usuários e interessados em termos de disponibilização de informação. Há que se questionar sobre questões internas da IFES em termos de apoio institucional ao núcleo.

4.7 IFES 7

4.7.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES7 é localizada na região nordeste e foi fundada em 1946. Possui aproximadamente 27,5 mil alunos (2010) e embora não haja dados exatos aproximadamente 87 alunos com deficiência, sendo 24 alunos com deficiência visual. Os dados são obtidos através da Serviço de Seleção, Secretaria Geral dos Cursos e Suporte de Tecnologia da Informação que repassam os dados e filtramos para obtê-los. A indicação é feita pelos próprios alunos e por colegiados.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES7 existe desde 2008 e começou a funcionar em 2009. O Núcleo é vinculado à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil e

conta com 3 coordenadores (geral, administrativo e pedagógico, 1 técnico em assuntos educacionais, 7 intérpretes de Libras e 23 bolsistas.

Na ocasião a coordenadora contava com 32 anos de idade, formação inicial em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia. Tempo de atuação profissional de 8 anos sendo também 8 anos com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 8 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.7.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

De acordo com a coordenadora, a acessibilidade Arquitetônica ainda é precária na IFES7, mas possuímos bolsistas que auxiliam na mobilidade dos alunos entre os espaços da universidade. A Acessibilidade na comunicação conta com intérpretes de Libras, Ledores, Transcritores e Audiodescritores. A Acessibilidade nos sistemas de informação são disponibilizadas pelos leitores de tela e tecnologia assistiva. E, a Acessibilidade nos materiais didáticos e pedagógicos através de adaptação de texto, técnico braillista e audiodescritores.

A IFES7 não possui demandas não atendidas, todas as demandas têm sido atendidas, para isso o núcleo busca articulação com os outros setores da própria IFES7.

4.7.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

O site do Núcleo de Acessibilidade da IFES7 conta com as opções “Página inicial”, “O que é o N7”, “Referências”, “Normas Técnicas de Acessibilidade”, “Tecnologia Assistiva”, “Links de interesse” e “Contato”. Além disso, contém um ícone grande sobre o N7 para conhecer o núcleo e sua área de atuação, abaixo tem “Referências” com as opções de artigos, livros relacionados e filmes; ao lado tem o ícone “Normas Técnicas de Acessibilidade” com o PDF das normas e à direita a opção “Tecnologias Assistivas” separadas em Deficiência Visual, Deficiência Motora e Deficiência Auditiva. Mais abaixo tem-se “Links de interesse” com as opções portal de Libras, Braille virtual, Acessibilidade Brasil e Associação de Cegos Louis Braille.

Os itens descritos anteriormente representam a página inicial do site. Ao clicar em “O que é o N7”, temos uma explicação do N7, sua data de criação e as áreas em que o N7 atua. Em

“Referências” temos as opções Artigos com diversos artigos e os links disponibilizados para leitura; Livros relacionados com breve descrição dos livros e foto das capas e, Filmes relacionados também com uma breve descrição e foto das capas.

Em “Tecnologia Assistiva” clicando em Deficiência Visual são apresentados com breve descrição “ Bengala, Lupas eletrônicas/Amplificadores de imagem, Estante para Leitura, Lupa eletrônica, Mouse para CCTV, Máquina de escrever Perkins braille, Máquinas Modeladoras, Lupa horizontal LPH, Sorobã, teclado braille, Piso tátil para cegos, Reglete: Para bolso e mesa, Cão guia e Impressora braille”. Em “Links de interesse” tem-se diferentes links nacionais e internacionais sobre a inclusão no geral e alguns específicos sobre as deficiências, sendo que para a deficiência visual tem-se: braille virtual, Instituto Benjamin Constant, Associação de cegos Louis Braille, Lerparaver e Fundação Norina Nowill para cegos. E na aba “Contato” temos o endereço, telefone e e-mail do núcleo de acessibilidade, porém sem nenhum nome ou contato pessoal.

O site da IFES7 não possui datas de atualização, porém o site possui várias opções para redirecionamento para obtenção de maiores informações, além de conter artigos, livros e filmes a respeito da temática, o que pode ser interessante não somente para os professores e para as pessoas com deficiência, mas para os estudantes como um todo que buscam informações sobre alunos com deficiência.

Mas assim como outros já vistos não há um ícone específico que direcione o leitor (aluno com deficiência, professor ou outro) para uma apresentação/descrição dos serviços disponibilizados aos alunos com deficiência em geral e sobre como os interessados podem obter acesso aos serviços.

Ao falar da acessibilidade o C7 (Coordenador 7) aborda em suas falas equipamentos de tecnologia assistiva, que também são indicados no site do N7 separadamente por deficiências.

Em relação aos serviços oferecidos aos alunos com deficiência visual a IFES7 conta com técnicos e bolsistas para auxiliar na locomoção e adaptação de materiais.

4.8 IFES 8

4.8.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES8 está localizada na região sul do país e foi fundada em 2009. Possui aproximadamente 6,5 mil alunos (2014), sendo 33 alunos com deficiência, desses 11 com

deficiência visual. O acompanhamento é realizado pela matrícula semestralmente, após o núcleo entra em contato com o estudante para agendar uma conversa para identificação e preenchimento de uma ficha cadastral. A identificação acontece nos períodos de matrículas para que aconteça o acompanhamento durante o semestre.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES8 foi instituído em 2012 e como a IFES8 é multicampi em cada campus existe um setor de Acessibilidade. Atualmente no Núcleo atuam 1 Técnico em Assuntos Educacionais e nos Setores de Acessibilidade dos campi atuam 1 Técnico em Assuntos Educacionais ou Pedagogo, Intérprete de Libras e 1 estagiário.

Na ocasião a coordenadora possuía 35 anos de idade, formação inicial em matemática, com mestrado em Educação. Tempo de atuação profissional de 17 anos sendo 4 anos com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 4 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.8.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

De acordo com informações dadas pela coordenadora, a Acessibilidade Arquitetônica da IFES8 conta com piso tátil, elevador com voz e com identificação em braille e a Acessibilidade nos Materiais Didáticos e Pedagógicos acontece através da disponibilização de materiais adaptados, empréstimo de notebooks com leitores de tela, gravador de voz e nas bibliotecas tem disponível um scanner com voz.

Ela também mencionou que demanda dos alunos muitas vezes tem demora para ser atendida, pois nem sempre a adaptação dos materiais para uso em sala de aula, ficam prontos na data necessária.

4.8.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

A IFES8 não conta com um site próprio de seu núcleo nem com informações a respeito dele. Ao se pesquisar sobre o núcleo de acessibilidade você é direcionado sobre a Acessibilidade no site da IFES8, que vai informar sobre acessibilidade ao conteúdo da Web (WCAG v2.0) e das diretrizes de acessibilidade da ferramenta de criação “AA” (ATAG 2.0), além da declaração de acessibilidade e da validação do uso da tecnologia assistiva.

A IFES8 é a IFES mais recente em termos de existência que participou da pesquisa, foi fundada há menos de uma década e ainda passa por organização, sua fundação foi posterior ao Programa Incluir (2005). O N8 possui cinco anos e realiza os atendimentos solicitados, porém algumas vezes existe a demora na prestação dos serviços oferecidos, de acordo com informações dadas pela coordenadora do núcleo.

4.9 IFES 9

4.9.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES9 está localizada na região sudeste e foi fundada em 1913. Possui cerca de 6,3 mil alunos (2014), desses 10 alunos com deficiência, sendo 5 alunos com deficiência visual. Os dados são obtidos através do contato com a Diretoria de Pessoal. No início de cada ano é realizada uma atividade integrativa onde os setores da IFES9 se apresentam e dessa forma os alunos ficam sabendo do Núcleo de Acessibilidade e as vezes aparecem para pedir auxílio.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES9 foi criado em 2014 e é composto atualmente por 3 técnicos administrativos da IFES9.

Na ocasião a coordenadora possuía 34 anos de idade, formação inicial em fonoaudiologia, com especialização em Linguagem, Informática em Educação, Audiologia, Libras, mestrado e doutorado em andamento em Ciências da Linguagem. Tempo de atuação profissional de 9 anos sendo 1 ano com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 1,5 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.9.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

De acordo com a coordenadora, a Acessibilidade da IFES9 engloba todas as categorias mencionadas na questão 5 do questionário respondido por as coordenadoras, a acessibilidade Arquitetônica, na Comunicação, nos Sistemas de Informação e no Material Didático e Pedagógico. Ela informa apenas isso, mas não detalha nenhuma das opções acima.

Segundo ela, não existem demandas não atendidas aos alunos com deficiência da IFES9. Embora não há uma descrição aprofundada dos serviços oferecidos aos estudantes com DV, a

coordenadora informa que todas as demandas que os alunos solicitam são atendidas e que todos os requisitos de acessibilidades são atendidos pela IFES9.

4.9.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

Na IFES9 não existe site específico do núcleo de acessibilidade, mas sim uma opção dentro do “Social” da própria IFES. A opção que aparece no “Social” é “Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior” e conta com um pequeno texto sobre o Programa Incluir e no final da página direciona os interessados à entrarem em contato com um professor responsável através do telefone ou do e-mail disponibilizados.

Embora a IFES9 seja a IFES mais antiga que participou da pesquisa, seu Núcleo de Acessibilidade é um dos mais recentes, datado de 2014. Embora sua equipe conte com três técnicos administrativos, o total de alunos com deficiência são 10, sendo desses cinco alunos com DV.

Nesse caso o núcleo dessa IFES é relativamente recente, sendo compreensível que esteja passando por questões de estruturação e organização, e que a criação de um site talvez ainda não seja considerada uma demanda relevante para o núcleo, ou ainda que falte verba ou inclusive tempo disponível de recursos humanos para elaborar essa proposta.

4.10 IFES 10

4.10.1 Breve Descrição da Instituição, do Núcleo e da Coordenadora

A IFES10 está localizada na região sudeste e foi fundada em 1953. Tem um total aproximado de 7 mil alunos (2012), sendo desses apenas cinco alunos com deficiência visual. É através do setor de matrículas que os dados são obtidos por maneira espontânea ou então durante o curso são encaminhados por professores e colegas. Uma solicitação de matrícula online foi solicitada de forma a permitir que o acompanhamento de entrada desses alunos seja mais efetivo.

O Núcleo de Acessibilidade da IFES10 foi estruturado em 2008.

Na ocasião a coordenadora contava com 51 anos de idade, formação inicial em terapia ocupacional, com mestrado em saúde, sociedade e ambiente. Tempo de atuação profissional de

25 anos sendo 7 anos com alunos com deficiência. Atua no núcleo de acessibilidade há 9 anos, sendo o mesmo tempo de existência do núcleo.

4.10.2 Descrição dos Serviços de Apoio e Acessibilidade do Núcleo, na Visão do Coordenador

Segundo a coordenadora, a os serviços do núcleo da IFES10 ainda estão em fase de construção, porém os projetos de construção contemplam as determinações legais de Acessibilidade Arquitetônica, no entanto, levantamentos apontam a necessidade de adequação de vias e de acessos aos prédios. Recentemente a IFES10 adquiriu inúmeros equipamentos e materiais de tecnologia assistiva para atender às pessoas com deficiência visual: teclado com teclas ampliadas, teclado em braile, reglete e punção, máquina de escrever em braile, impressora braile, papel para impressora braile, sorobã, calculadora sonora, guia de assinatura, softwares ampliador e leitor de tela, mouse ampliador de texto, lupa eletrônica, fones de ouvido com microfone, sistema de síntese de voz. Esses equipamentos encontram-se disponíveis para o uso ou empréstimo para toda a comunidade acadêmica. Além desses equipamentos, também foram adquiridos alguns materiais didáticos adaptados para pessoas com deficiência visual. Também está em fase de elaboração o acervo de bibliotecas da IFES10.

A IFES10 não possui demandas não atendidas, porém o Núcleo de Acessibilidade da IFES10 tem o conhecimento de alunos com deficiência visual que não procuraram o Núcleo e acabaram sendo desligados de seus cursos.

4.10.3 Descrição Online dos Serviços de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual

O site do núcleo da IFES10 é diretamente ligado ao site institucional, porém contém suas próprias interfaces. No canto superior esquerdo contém as opções “Apresentação”, “Objetivos”, “Público-Alvo”, “Notícias do N10”, “Língua de Sinais”, “Vídeo informativo” e “Contatos”. No canto superior direito existe o ícone “Notícias” que mostra todas as notícias envolvendo o PROACE, que é o órgão responsável pelo núcleo de acessibilidade na IFES10 como resultado de avaliação socioeconômica e atendimento psicológico a comunidade acadêmica entre outros.

Na opção “Apresentação” existe uma breve apresentação do núcleo de acessibilidade. Na opção “Objetivos” são apresentados o objetivo geral que é “Implementar uma política de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais à educação superior, promovendo ações para garantia do acesso pleno na IFES10 ” (fonte: site da IFES10) e como específico, ações para que o objetivo geral possa ser alcançado. Na opção “Público alvo” temos a descrição das “pessoas com necessidades educacionais especiais”, na aba notícias temos notícias a respeito do N10, além de informações de editais e divulgação de resultados. Na aba “Língua de Sinais” temos a descrição do que é Libras e os contatos de telefone e e-mail dos tradutores e intérpretes da IFES10. Na aba “Vídeo informativo” é apresentado um vídeo explicando o funcionamento do núcleo de acessibilidade e o público atendido, o vídeo conta com tradução em Libras e a escrita é lida pausadamente. E, na última aba “Contatos” tem-se os quatro contatos, um de cada campus para entrar em contato com os responsáveis pelo núcleo de acessibilidade.

O site da IFES 10 possui atualização semestral, o que mostra que sempre que acontece o ingresso de novos alunos o site divulga novas informações. A IFES 10 possui diversos recursos de tecnologia assistiva para o atendimento dos estudantes com DV. O N10 obteve informações de alunos que não o procuraram e acabaram desligados de seus cursos, mas a coordenadora não informa se houve contato do núcleo para oferecimento dos serviços. Tanto nas falas da coordenadora quanto no site não obtemos informações a respeito dos serviços de atendimento oferecidos pelo núcleo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo geral identificar e analisar descritivamente os serviços de apoio ofertados pelos núcleos de acessibilidade aos alunos com deficiência visual. Essa análise foi feita com base em informações presentes em sites de IFES brasileiras e também na visão do coordenador do núcleo. De forma geral, os dados mostraram que das 10 IFES analisadas no presente estudo, pode-se dizer que em termos de disponibilização de mais informações para a descrição dos serviços de apoio e de recursos de acessibilidade dos núcleos, as coordenadoras das IFES 1 e 3 nos permitiram ter uma visão mais ampla do que o núcleo da instituição oferta aos alunos com deficiência (deficiência visual), por apresentarem respostas mais completas às questões do questionário. As coordenadoras das IFES 2, 4, 5, 8 e 10 apresentaram dados menos completos, mas que permitiram ter noção de como funcionam tais serviços e as coordenadoras das IFES 6 e 9 responderam de forma muito sucinta à questão do questionário que visava obter informações acerca desses serviços, o que prejudicou sobremaneira o acesso a visão ou ao conhecimento da coordenadora sobre os serviços ofertados pelo núcleo.

Sabe-se que uma série de variáveis interferem na disponibilidade de tempo e na possibilidade de dedicação dos coordenadores de núcleo a essa função, uma vez que ela pode competir com uma série de outras atividades atribuídas ao docente em questão, por exemplo: dependendo do tempo de existência; da vinculação do núcleo às estruturas da universidade (ex. Gabinete da reitoria, Pró-reitoria de graduação, Pró-reitoria de assuntos estudantis, dentre outros) que interfere inclusive em formas de apoio ao núcleo como infraestrutura, recursos humanos, existência ou não de função gratificada para o coordenador, dispensa de outras atividades acadêmicas para exercer a função no núcleo, etc.

Dessa forma é compreensível que muitos coordenadores de núcleo em nossas IFES estejam abraçando a atividade de coordenar o núcleo como uma tarefa a mais, sem muitas condições de tempo e de recursos (físicos, humanos) para exercer essa função e o fato da maioria deles não ter detalhado os tipos de serviço que o núcleo oferece para alunos com deficiência visual pode ser por questões de tempo (responder ao questionário representa mais uma tarefa dentre milhares de outras tarefas de competem com essa). Pode ser também que pela formação e conhecimento específico do coordenador essa informação sobre os serviços seja mais do conhecimento de um técnico que realiza os trabalhos, por exemplo, sendo relevante em uma futura pesquisa reavaliar sobre qual melhor pessoa do núcleo poderia responder ao

questionário cujo interesse fosse conhecer melhor os serviços de apoio para as pessoas com deficiência visual.

Por outro lado, quando se pesquisou as informações sobre os serviços de apoio disponibilizadas nos sites dos núcleos ou das IFES participantes do presente estudo, notou-se que o site do núcleo da IFES 2 é o que foi considerado com melhor descrição dos serviços de apoio oferecidos aos alunos, inclusive aos alunos com deficiência visual, é o único site que informa a existência de um projeto de tornar acessível todos os conteúdos dos sites da instituição, e ainda, a disposição das informações no site sobre os serviços oferecidos fica em destaque na página inicial! Já os sites dos núcleos das IFES 1, 4 e 7 apresentam informações úteis aos alunos com deficiência visual, mas é preciso fazer uma busca em ícones nos quais não é “intuitivo” inferir que a informação que se está buscando se encontra em determinado ícone (ex. a IFES 1 tem um programa de atendimento aos alunos com DV que se encontra no ícone ‘Notícias’).

As IFES 5 e 10 têm pouquíssimas informações presentes nos sites, o que não nos permite conhecer os trabalhos oferecidos pelo núcleo, além do que foi mencionado pelas coordenadoras. Já, as IFES 3, 6, 8 e 9 não possuem sites específicos dos núcleos, o que compromete uma identificação por qualquer pessoa dos serviços oferecidos, especialmente os próprios alunos com deficiência e os professores de tais alunos que possam querer informações sobre como fazer um trabalho de parceria com o núcleo teriam que fazer outro caminho para obter informações.

Se consideramos, ainda, que justamente as coordenadoras das IFES 6 e 9 foram as que nos forneceram informações mais sucintas dos serviços de apoio ao aluno com deficiência visual que a IFES 9 ainda não tinha *site* próprio, somente o acesso às fontes de dados utilizadas na presente pesquisa não foi possível ter maiores informações sobre como os serviços de apoio a esses alunos funcionam e estão organizados. A IFES 3 também surpreende ao não ter um site próprio do núcleo e tendo um número alto de alunos com deficiência matriculados (250 alunos com deficiência, sendo 58 com DV). Mais uma vez, os dados sugerem que novos estudos avaliem também as possibilidades de coleta que garantam a obtenção de informações mais completas (ex. Contato telefônico, whatsApp, entrevista por *skype*, dentre outros).

Outra questão a ser levantada é justamente o fato de que as IFES que não possuem site próprio e os coordenadores responderam de forma tão abreviada, talvez sejam as que estão enfrentando maiores dificuldades para que o núcleo funcione de modo a atender as demandas

dos alunos com deficiência porque o apoio da própria instituição, muitas vezes, é uma luta árdua a ser travada.

Ter nos sites orientações aos professores de alunos com deficiência pode auxiliar na busca de informações pelos professores de alunos com deficiência, que em sua formação não tiveram essa disciplina e, que como no caso dos sites das IFES 1, 2 e 4 possuem um manual diretamente voltado aos professores dos alunos com deficiência, e no caso da IFES1 e 4 diretamente voltado ao professor do aluno com DV.

O procedimento de coleta de dados na forma de questionário online pode ser visto como facilitador no sentido da expansão do estudo, da possibilidade de ser um estudo nacional, porém o mesmo questionário online tem um aspecto negativo no sentido do coordenador responder rapidamente ou deixar para responder em outro momento e acabar esquecendo de responder. Inclusive um núcleo de acessibilidade recebeu o convite e solicitou o envio de vários documentos, porém não se obteve nenhum retorno de tal núcleo.

Além da proposta de participação dos coordenadores, inicialmente o estudo englobaria também a participação de alunos com DV de cada IFES, que avaliariam os serviços de atendimento direcionado a eles, porém houve grande dificuldade de contato desses alunos (o contato foi solicitado juntamente com o questionário do coordenador) em que algumas IFES não disponibilizaram e o contato almejado era via e-mail, o que também pode ser visto como dificultador devido a nenhum dos contatos ter retornado.

Com relação às limitações do estudo, considera-se o fato da dificuldade de obtenção das informações, tanto nos sítios de acessibilidade quanto no contato com os coordenadores dos núcleos de acessibilidade e também em relação à não obtenção de respostas por parte dos alunos com deficiência matriculados no ensino superior. Para isso necessitam ser revistas as estratégias de contato tanto com os coordenadores, como também com os alunos; por um lado vemos a necessidade cada vez mais constante de usarmos ferramentas tecnológicas como estratégia útil para acessar pessoas de diferentes lugares, mas por outro lado ainda esbarramos em questões sobre a falta de motivação das pessoas em participar das pesquisas, uma vez que a solicitação de participação envolve um gasto de tempo para responder a um questionário ou a outro instrumento e isso concorre com uma série de atividades que a pessoa realiza e é natural que ela não priorize uma atividade como essa. Outra questão também que gerou reflexão foi o fato de nenhum aluno com deficiência visual retornar o contato. Não foi possível saber se de fato receberam o e-mail, se o endereço de e-mail estava correto e atualizado, dentre outros.

Os sítios eletrônicos das IFES não são totalmente acessíveis aos alunos com deficiência visual. Necessitam de mais atualizações e seria interessante a implementação de um local do aluno, pois assim também poderia acompanhar suas solicitações e também fazer novas solicitações. É muito importante que os núcleos invistam na elaboração de sites específicos e manter atualizadas as informações no site, além de apresentarem um ícone sobre os serviços de apoio aos alunos com deficiência que esteja em destaque no site.

Vale salientar a importância da temática do presente estudo, visto que a inclusão no ensino superior não está apenas no ingresso dos alunos com deficiência, mas em sua permanência, sendo que a possibilidade de receber os serviços de apoio oferecidos pelos núcleos de acessibilidade das IFESS em que estão matriculados é fundamental nesse processo.

Pesquisas futuras poderiam verificar ou criar opções de abordagem eficazes via online a participantes de pesquisa, no caso da presente pesquisa, seja com os coordenadores de núcleo, seja com os alunos com deficiência visual, ou outros membros do núcleo que estejam envolvidos na prestação desses serviços aos alunos, como WhatsApp, por exemplo. Estudos poderiam ainda que verificar se as informações apresentadas nos núcleos são acessíveis aos alunos com deficiência visual para que eles próprios tenham independência ao buscar informações nos sites dos núcleos.

Além disso, seria também importante verificar se os serviços disponíveis nos núcleos são adequados e contingentes às necessidades especiais dos alunos com deficiência visual ou ainda, se os recursos tecnológicos disponíveis atendem suas necessidades, se tem técnicos que sabem operar os equipamentos, dentre outros.

Outro aspecto que poderia ser considerado em termos de estudos futuros é a questão de considerar outras instituições que não as universidades federais, pois existem muitas universidades estaduais e institutos federais que no presente estudo não foram considerados como participantes.

Conclui-se que identificar e analisar descritivamente os serviços ofertados pelos núcleos de acessibilidade de IFES brasileiras para alunos com deficiência visual contribuiu para conhecer os esforços dessas instituições no sentido de garantir a permanência de alunos com DV no ensino superior, sendo possível também perceber verificar que a maior parte dessas instituições tem se preocupado com a divulgação online das atividades dos núcleos.

6 REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas e Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ANDRIOLI, M G P; PRIETO, R G. Direito à educação e acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência.172f. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação – USP. São Paulo, 2010.

AMIRALLIAN, M.L.T.M. O psicólogo e a pessoa com deficiência. In: MASINI, E.A.F.S. et al. (Orgs.). *Deficiência: alternativas de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 31-52.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 dezembro de 2004. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.2000.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF: Senado Federal. 2015.

_____. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei no. 7.853: Apoio às pessoas portadoras de deficiência, promulgada em 24 de outubro de 1989. Brasília: MJ/CORDE, 1989.

_____. Ministério da Educação. o. Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília. MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação/ Gabinete do Ministro. Aviso Circular no. 277. Brasília: MEC/GM, 1996.

_____. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.

_____. Presidência da República. Decreto no. 3.298 de dezembro de 1999. Brasília: PR, 1999.

_____. Presidência da República. Lei no. 10.098: Acessibilidade, promulgada em 19 de dezembro de 2000. Brasília: PR, 2000.

_____. Presidência da República. Decreto no.3.860 de 09 de julho de 2001. Brasília: PR, 2001.

_____. Presidência da República. Decreto no.3.956 de 08 de outubro de 2001, promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: PR, 2001.

_____. Presidência da República. Lei no. 10.436 de 24 de abril de 2002. Brasília: PR, 2002.

_____. Presidência da República. Lei no. 13.409 de 28 de novembro de 2016. Brasília: DF, 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria Federal no. 3.284/2003. Brasília: MEC, 2003.

_____. Presidência da República. Decreto no.5.296 de 02 de dezembro de 2004. Brasília: PR, 2004.

_____. MEC/SEESP. Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. 2ª.ed. Brasília: MEC, 2006, 210p.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/CNEDH, 2007.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. Programa Incluir, edital no. 3 de 26 de abril de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo da Educação Superior, 2007. Brasília: MEC/INEP, 2009.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. 2ª.ed. Brasília: MEC, 2006, 210p.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2010, Seção 1, p. 17.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm> Acesso em 02 set 2017.

_____. SECADI/SESU Documento orientador programa incluir - Acessibilidade na educação superior, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. (edição ampliada). Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; COSTA, M. P. R.. Descobrimo a surdocegueira: educação e comunicação 3ª edição. 3ª. ed. São Carlos: EDUFSCar, 2010. v. 1. 78p.

CASTRO, S. F.. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. 2011. 278f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CORRADI e VIDOTTI. Diretrizes de Acessibilidade Digital em Websites: Arquitetura da Informação Para Infoinclusão. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 28 a 31 de outubro de 2007, Salvador-Bahia-Brasil. 2007.
Disponível em:<www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--256.pdf>. Acesso em: 20 Jul. 2017.

COSTA, C. S. L. ET AL. Análise do conceito de deficiência visual: considerações para a prática de professores. In: COSTA, M. P. R. da (Org.). Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes. São Carlos: EDUFSCar, 2009, p. 47-62.

DALL'ACQUA, M. J. C.; VITALIANO, C. R. Algumas reflexões sobre o processo de inclusão dêem nosso contexto educacional. In: VITALIANO (org). Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: EDUEL, 2010.

DIAS, C O; Passerin, L M. De olho na tela: requisitos de acessibilidade em objetos de aprendizagem para alunos cegos e com limitação visual. 11f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

DREZZA, E. J.. Inclusão no Ensino Superior: relato de experiência sobre uma política de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo. 2007. 77f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ENUMO, S.R.F.; BATISTA, C.G. Evaluation of cognitive abilities of visually impaired children. In: STUEN, C.; ARDITI, A.; HOROWITZ, A.; LANG, M.A.; ROSENTHAL, B.; SEIDMAN, K.R. (Eds.). *Vision Rehabilitation: assessment, intervention and outcomes*. New York: Swets&Zeitlinger, 2000. p. 379-381.

FERREIRA, S. L.. Ingresso, Permanência e Competência: Uma Realidade Possível para Universitários com Necessidades Educacionais Especiais. In: Revista Brasileira de Educação Especial. V. 13, n.1. Marília, 2007, p. 43 – 60.

FORTES, V. G. G. F. A inclusão de pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos. 2005. 240f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de Conteúdo. 3 ed. Brasília: Liber livro editora, 2008,
JÚNIOR, J. F. de O.; FERREIRA, S. B. L. Guia de referência em Acessibilidade WEB – UNIRIO. Disponível em: < <http://acessibilidadelegal.com/13-guia.php>>. Acesso em 02 de julho de 2017.

GOVERNO ELETRÔNICO. Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - E-MAG / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação; Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica – Brasília: MP, SLTI, 2011. Disponível em: < <http://emag.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 02 de julho de 2017.

GUERREIRO, E. M. B. Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCar tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. 229f.

LAPLANE, A. L. F.. Trajetórias Escolares e Deficiência: Reflexões sobre os Dados do Censo Escolar. In: (Orgs.) VICTOR, L. S.; OLIVEIRA, I. M.. Educação Especial: Políticas e Formação de Professores. Marília: ABPEE, 2016. P. 35-45.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTÍN, M. B.; BUENO, S. T. Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003.

MARTINS, G. A. Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa. São Paulo: Atlas S. A., 2008.

MASINI, E. A. F. S. A facilitação da aprendizagem significativa no cotidiano da educação inclusiva. *Aprendizagem Significativa em Revista*. v. 1, n.3, p. 53-72, 2011.

MASINI, E. F. S. Estudantes com deficiência visual no ensino superior. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs). *Dimensões Pedagógicas nas Práticas de Inclusão Escolar*. Marília: ABPEE, 2012. P. 127-141.

MENDES, E. G. A radicalização debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. v.11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MENDES, E. G.; CIA, F. ONEESP – um observatório nacional para a comunidade da Educação Especial. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). *A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação*. Coleção Inclusão Escolar, v.1. Marília: ABPEE, 2012, p. 363-382.

MOREIRA, L. C.. Políticas Inclusivas no Ensino Superior: Da Implantação à Concretização. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs). *Dimensões Pedagógicas nas Práticas de Inclusão Escolar*. Marília: ABPEE, 2012. P. 97-108.

OCHAITA, E; ESPINOSA, M. A. Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais. In: COLL, C; MARCHESI, S.M.; PALACIOS, J (Orgs).

Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, vol. 3, 2004. p. 151-170.

OLIVEIRA, E. T. G. de. *Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência.* 2003. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

PIETRO, R. G.. *Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.* In: MANTOAN, M. T. E.. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos.* São Paulo: Summus, 2006.

PIRES, R F M; MÓL, G S. *Proposta de guia para apoiar a prática pedagógica de professores de química em sala de aula inclusiva com alunos que apresentam deficiência visual.* 158f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências) - Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências – Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

PLETSCH, M. D.; MELO, F. R. L. V. de. *Estrutura e Funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais da Região Sudeste.* *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.* Vol.12, n.3: p. 1610-1627, jul./set.2017.

SÁ, E. D.de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C.. *Atendimento educacional especializado.* 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. *Metodologia de pesquisa.* [Metologia de la investigación]. Trad. Fátima Conceição Murad et al. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006)

SANTOS, C. P. et al. *Projeto Infoacesso – Informática Para Portadores de Deficiência Visual. Vivências.* Vol.8, N.14: p.200-209, Maio/2012. 2012. Disponível em:<http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_014/artigos/artigos_vivencias_14/n14_19.pdf>. Acesso em : 20 Julho 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.* *Revista Nacional de Reabilitação (Reação),* São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASAZAWA, F. H.. *Ensino Superior e Educação Especial na Universidade Estadual de Maringá: Algumas Reflexões.* 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

SEVERINO. A. J.. *Metodologia do Trabalho Científico.* São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, I, M,; SANTANA, C, S. *Proposta de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.* *Revista Brasileira de educação Especial.* Marília, v.16, n.1, p.127-136, 2010.

SMITH, D. D. *Introdução a Educação Especial: ensinar em tempos de inclusão.* Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOBRINHO, R. C.; ZIVIANI, M. C. N.; CORRÊA, M. I. C. C.. Espaços e Serviços de Apoio à Escolarização de Estudantes com Deficiência – Desafios e Perspectivas. In: (Orgs.) VICTOR, L. S.; OLIVEIRA, I. M.. Educação Especial: Políticas e Formação de Professores. Marília: ABPEE, 2016. P. 79 – 98.

APÊNDICE 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Versão Coordenadores

1. Você esta sendo convidado a participar da minha pesquisa de mestrado intitulada “Serviços de Acessibilidade e de Apoio para Alunos com Deficiência Visual no Ensino Superior”, sob orientação da Profa. Dra. Carolina Severino Lopes da Costa.

2. Esse estudo por objetivo caracterizar os serviços de apoio e de acessibilidade para os alunos com deficiência visual nas IFES brasileiras na visão do coordenador do núcleo de acessibilidade e do aluno que recebe os serviços ofertados;

3. Os riscos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa seriam: o desconforto que pode ser causado pelo questionário; o desconforto causado pelo conteúdo das perguntas do questionário (especificar o questionário). Tais riscos poderão ser minimizados por meio do fornecimento de esclarecimentos por parte do pesquisador ao participante e da interrupção da entrevista, caso você prefira.

4. As perguntas do questionário não serão invasivas à sua intimidade. No entanto, se durante a realização do questionário você tiver qualquer tipo de desconforto, a pesquisa poderá ser interrompida com você. A sua recusa na participação não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a IFES na qual você trabalha. Dúvidas que você tiver poderão ser esclarecidas durante a coleta de dados ou por e-mail e telefone (contato do pesquisador responsável).

5. Como benefícios da sua participação na pesquisa, você poderá ter mais informações sobre os núcleos de acessibilidade e os serviços oferecidos por eles nas IFES em todo o território nacional, especialmente os que são ofertados às pessoas com deficiência visual e, com isso, ampliar as possibilidades de troca e de oferta de serviços entre núcleos de diferentes instituições.

6. Os dados coletados durante o estudo serão analisados e apresentados sob a forma de relatórios e, ainda, serão divulgados por meio de reuniões científicas, congressos e/ou publicações, com a garantia de seu anonimato. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

7. As informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação e de seu aluno. Os professores e seus alunos serão identificados apenas por um nome fictício que será atribuído de forma aleatória a cada um dos participantes dessa pesquisa.

8. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

Daniele Sentevil da Silva

Endereço: Rua Borba Gato, no. 343, Jardim Centenário – São Carlos-SP

E-mail: danielesentevil@gmail.com / Fone (16) 988129122 / 981001225.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos-SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Carlos, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Sujeito de Pesquisa

Prof. Dra. Carolina Severino Lopes da Costa
Pesquisadora responsável pelo projeto
Departamento de Psicologia – UFSCar

Contato: Rod. Washington Luís, Km 235, - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos -
SP – Brasil

E-mail: carollina_costa@yahoo.com.br / Fone: 994014177

APÊNDICE 2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Versão Alunos

1. Você esta sendo convidado a participar da minha pesquisa de mestrado intitulada “Serviços de Acessibilidade e de Apoio para Alunos com Deficiência Visual no Ensino Superior”, sob orientação da Profa. Dra. Carolina Severino Lopes da Costa.

2. Esse estudo por objetivo caracterizar os serviços de apoio e de acessibilidade para os alunos com deficiência visual nas IFES brasileiras na visão do coordenador do núcleo de acessibilidade e do aluno que recebe os serviços ofertados;

3. Os riscos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa seriam: o desconforto que pode ser causado pelo questionário; o desconforto causado pelo conteúdo das perguntas do questionário (especificar o questionário). Tais riscos poderão ser minimizados por meio do fornecimento de esclarecimentos por parte do pesquisador ao participante e da interrupção da entrevista, caso você prefira.

4. As perguntas do questionário não serão invasivas à sua intimidade. No entanto, se durante a realização do questionário você tiver qualquer tipo de desconforto, a pesquisa poderá ser interrompida com você. A sua recusa na participação não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a IFES na qual você trabalha. Dúvidas que você tiver poderão ser esclarecidas durante a coleta de dados ou por e-mail e telefone (contato do pesquisador responsável).

5. Como benefícios da sua participação na pesquisa, você poderá ter maior conhecimento sobre as ofertas de serviços para alunos com deficiência visual em diferentes IFES do país e, com isso, solicitar e/ou requerer serviços semelhantes a sua universidade ou ainda conhecer quais as IFES no país tem oferecido melhores condições de inclusão para alunos com deficiência visual.

6. Os dados coletados durante o estudo serão analisados e apresentados sob a forma de relatórios e, ainda, serão divulgados por meio de reuniões científicas, congressos e/ou publicações, com a garantia de seu anonimato. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

7. As informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação e de seu aluno. Os professores e seus alunos serão identificados apenas por um nome fictício que será atribuído de forma aleatória a cada um dos participantes dessa pesquisa.

8. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

Daniele Sentevil da Silva

Endereço: Rua Borba Gato, no. 343, Jardim Centenário – São Carlos-SP

E-mail: : danielesentevil@gmail.com / Fone (16) 988129122 / 981001225.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos-SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Carlos, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Sujeito de Pesquisa

Prof. Dra. Carolina Severino Lopes da Costa
Pesquisadora responsável pelo projeto
Departamento de Psicologia – UFSCar

Contato: Rod. Washington Luís, Km 235, - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos -
SP – Brasil

E-mail: carollina_costa@yahoo.com.br / Fone: 994014177

APÊNDICE 3. Questionário destinado aos coordenadores dos núcleos de acessibilidade.

Questionário “Serviço de apoio e de acessibilidade em IFES – Visão do Coordenador”	
<u>Dados pessoais e profissionais</u>	
Endereço de e-mail:	
Nome:	Idade:
Sexo: F () M ()	
Formação inicial (graduação):	Ano de conclusão:
Formação continuada:	
Curso de especialização () Sim () Não. Qual? _____	
Mestrado () Sim () Não. Área: _____ Qual temática? _____	
Doutorado () Sim () Não. Área: _____ Qual temática? _____	
Tempo de atuação profissional: Total _____ anos. Alunos com deficiência: _____ anos.	
Alunos com DV: _____ anos.	
Tempo de atuação no Núcleo:	
Qual o nome do núcleo de acessibilidade e à qual universidade está vinculado:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desde quando a IFES possui o núcleo de acessibilidade? Como o núcleo está estruturado e como funciona atualmente? 2. Quantos alunos com deficiência (do público-alvo da Educação Especial) estão atualmente matriculados na IFES (graduação e pós-graduação)? Quantos com deficiência visual (cegos e com baixa visão)? 3. Como vocês obtém esses dados? Há algum contato com outros setores da universidade para saber sobre quantos são, em que cursos estão, quais suas especificidades, etc? 4. Como os alunos com DV chegam ao núcleo? Como a demanda chega ao núcleo? 5. Que tipos de serviços e de recursos de acessibilidade são oferecidos aos alunos com DV? É possível classifica-los nessas categorias? Se não descreva-os somente. <ol style="list-style-type: none"> a) acessibilidade arquitetônica; b) acessibilidade nas comunicações; c) acessibilidade nos sistemas de informação; d) acessibilidade nos materiais didáticos e pedagógicos. 6. Vocês possuem demandas que não são atendidas? Se sim, comente um pouco sobre isso. Por exemplo, se há lista de espera para atendimento ou se há falta de atendimento por falta de equipamentos? 7. Você poderia indicar alunos com deficiência visual que pudessem responder (por e-mail) um questionário sobre essa temática? 	

APÊNDICE 4. Questionário destinado aos alunos matriculados nas IFES indicados pelos coordenadores dos núcleos de acessibilidade.

Questionário “Serviço de apoio e de acessibilidade em IFES – Visão do Aluno”	
<u>Dados pessoais</u>	
Endereço de e-mail:	
Nome:	Idade:
Sexo: F () M ()	
Tipo de deficiência visual: () Baixa Visão () Cegueira	
Diagnóstico:	
Algum dado de funcionalidade (uso dos resquícios visuais):	
Universidade:	
Curso que está matriculado:	
Ano de ingresso:	(Previsão) Ano de conclusão:
<p>1. Quando foi realizado o processo seletivo para ingresso na universidade necessitou de algum serviço de apoio ou de alguma adaptação? Se sim, sua necessidade foi atendida? Como?</p> <p>2. Quando você ingressou na universidade, como foi o processo de identificação da sua condição? A universidade tinha algum sistema para que você se auto identificasse?</p> <p>3. Você necessita de algum tipo de serviço/adaptação da IFES para a realização do curso no qual está inscrito? Se sim vá para a próxima pergunta, se não vá para a pergunta 5.</p> <p>() Sim () Não</p> <p>4. Quem faz a solicitação da demanda de serviço/adaptação? Você ou a coordenação do seu curso? Para quem (direto para o núcleo, para seu coordenador ou para seus professores)? Como é feita essa comunicação?</p> <p>5. Quais são os serviços de apoio oferecidos pelo núcleo de acessibilidade da universidade para que você tenha acesso aos conteúdos pedagógicos do seu curso?</p> <p>6. Quais serviços de apoio você utiliza com maior frequência? Quais utiliza com menor frequência?</p> <p>7. Como você avalia os serviços de apoio oferecidos?</p> <p>8. Sente necessidade de algum serviço de apoio que não é oferecido?</p> <p>9. Como você descreveria a acessibilidade dessa IFES para a pessoa com deficiência visual no que diz respeito a:</p> <p>a) acessibilidade arquitetônica;</p>	

- b) acessibilidade nas comunicações;
- c) acessibilidade nos sistemas de informação;
- d) acessibilidade nos materiais didáticos e pedagógicos.

10. Alguma sugestão para aperfeiçoar os serviços existentes?

Aceito participar da pesquisa e ter meu anonimato mantido, conforme as especificações que recebi em anexo junto ao convite da pesquisa?

Aceito Não aceito

APÊNDICE 5. Listagem das IFES disponíveis no site do MEC.

Sigla	Universidade
Região Norte	
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFT	Universidade Federal do Tocantins
Região Nordeste	
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFS	Universidade Federal de Sergipe
Região Centro-Oeste	
UnB	Universidade de Brasília
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
Região Sudeste	
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa

UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
IME	Instituto Militar de Engenharia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Região Sul	
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE 6. Lista de universidade e sítios eletrônicos dos núcleos de acessibilidade

Universidade	Sítio Eletrônico do Núcleo de Acessibilidade
Região Norte	
UFAC	http://www.ufac.br/site/pro-reitorias/proaes/apoio-a-inclusao-nai
UFAM	Não possui
UFRA	https://acessar.ufra.edu.br/
UNIFAP	http://www2.unifap.br/nai/
UFOPA	Não possui
UFPA	Não possui
UNIFESSPA	https://naia.unifesspa.edu.br/
UNIR	Não possui
UFRR	http://ufr.br/construir/
UFT	Não possui
Região Nordeste	
UFAL	http://nucleodeacessibilidadeufal.blogspot.com.br/
UFBA	http://www.napeaccessivel.ufba.br/
UFOB	https://ufob.edu.br/ingresso/assistencia-estudantil/agendamento/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao
UFRB	https://www.ufrb.edu.br/nupi/
UFSB	Não possui
UNILAB	http://www.unilab.edu.br/nucleo-de-acessibilidade-nace/
UFCA	https://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/diari/acessibilidade
UFC	http://www.acessibilidade.ufc.br/
UFMA	http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=43
UFPB	http://www.ufpb.br/cia
UFCG	Não possui
UNIVASF	http://portais.univasf.edu.br/npsi
UFPE	https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade
UFRPE	Não possui
UFPI	Não possui
UFRN	http://www.caene.ufrn.br/acoef.php
UFERSA	Não possui
UFS	http://www.ufs.br/conteudo/14201
Região Centro-Oeste	
UNB	http://www.ntaai.unb.br/index.php/apresentacao
UFG	https://acessibilidade.ufg.br/
UFGD	https://www.ufgd.edu.br/setor/numiac/index
UFMS	https://proaes.ufms.br/coordenadorias/cdpi/acessibilidade-e-acoef-afirmativas/
UFMT	Não possui
Região Sudeste	
UFES	http://proaeci.ufes.br/acessibilidade-naufes
UNIFAL-MG	http://www.unifal-mg.edu.br/acessibilidade/sobre
UNIFEI	https://www.unifei.edu.br/gestao_de_pessoas/nai
UFJF	http://www.ngime.ufjf.br/
UFLA	http://www.praec.ufla.br/site/coordenadorias/acessibilidade/naufla/
UFMG	https://www.ufmg.br/nai/
UFOP	http://www.nei.ufop.br/
UFSJ	https://ufsj.edu.br/incluir/nace_-_nucleo_de_pesquisa.php
UFU	http://www.cepae.faced.ufu.br/ocepae

UFV	Não possui
UFVJM	http://www.ufvjm.edu.br/proace/naci.html
UFTM	http://www2.uftm.edu.br/paginas/pesquisa/cod/24/t/NUCLEO+DE+ACESSIBILIDADE
UFABC	http://proap.ufabc.edu.br/old/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=237
ITA	Não possui
UFSCAR	http://www.incluir.ufscar.br/
UNIFESP	Não possui
ENCE	Não possui
IME	Não possui
UNIRIO	http://nau.uniriotec.br/
UFRJ	http://www.processo.fau.ufrj.br/
UFF	Não possui
UFRRJ	http://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao-da-rural-nairural-rj/
Região Sul	
UNILA	https://www.unila.edu.br/noticias/acessibilidade-e-inclusao
UFPR	http://www.ufpr.br/portalfpr/blog/noticias/nucleo-de-acessibilidade-busca-inclusao-com-qualidade/
UTFPR	http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirgrad/napne-nucleo-de-apoio-as-pessoas-com-necessidades-especificas/napne
UFCSPA	Não possui
UNIPAMPA	http://porteiros.s.unipampa.edu.br/nina/
UFPEL	http://wp.ufpel.edu.br/na/
UFSM	http://w3.ufsm.br/acessibilidade/
FURG	https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0006
UFRGS	https://www.ufrgs.br/incluir/
UFFS	Não possui
UFSC	http://cae.ufsc.br/

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE 7. Lista de universidades e da acessibilidade encontrada nos sites.

Universidade	Possui site do núcleo	Alteração de fonte	Alteração de contraste	Orientações	Atualização
Região Norte					
UFAC	Não é específico	Não possui	x	Não possui	Não possui
UFRA	x	Não possui	x	Não possui	Semanal
UNIFAP	x	Não possui	Não possui	x	Semanal
UNIFESSPA	x	x	x	x	Trimestral
UFRR	x	x	x	Não possui	Quinzenal
Região Nordeste					
UFAL	x	Não possui	Não possui	x	Desatualizado (nov. 2015)
UFBA	x	x	x	x	Não possui
UFOB	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
UFRB	x	Não possui	x	x	Trimestral
UNILAB	x	Não possui	x	Não possui	Não possui
UFCA	Não é específico	x	Não possui	Não possui	Não possui
UFC	x	Não possui	Não possui	x	Semanal
UFMA	Não é específico	Não possui	Não possui	x	Não possui
UFPB	x	Não possui	x	Não possui	Semanal
UNIVASF	x	Não possui	x	Não possui	Não possui
UFPE	x	Não possui	x	x	Semanal
UFRN	x	x	x	x	Mensal
UFS	Não é específico	Não possui	x	Não possui	Não possui
Região Centro-Oeste					
UNB	x	Não possui	Não possui	x	Mensal
UFG	x	x	x	x	Semanal
UFGD	x	x	Não possui	x	Não possui
UFMS	Não é específico	x	x	Não possui	Não possui
Região Sudeste					
UFES	Não é específico	x	x	Não possui	Não possui
UNIFAL-MG	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
UNIFEI	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
UFJF	x	Não possui	Não possui	Não possui	Semanal
UFLA	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
UFMG	x	x	x	x	Não possui
UFOP	x	Não possui	x	x	Semanal
UFSJ	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
UFU	x	x	x	x	Não possui
UFVJM	x	Não possui	Não possui	Não possui	Semestral
UFTM	Não é específico	Não possui	Não possui	x	Não possui
UFABC	x	x	x	x	Não possui
UFSCAR	x	Não possui	Não possui	x	Não possui
UNIRIO	x	Não possui	Não possui	x	Não possui
UFRJ	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
UFRRJ	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Região Sul					
UNILA	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Desatualizado (ago. 2014)

UFPR	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Desatualizado (jun. 2008)
UTFPR	Não é específico	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
UNIPAMPA	x	Não possui	x	x	Semestral
UFPEL	x	x	x	Não possui	Semanal
UFSM	x	x	Não possui	x	Semestral
FURG	Não é específico	x	x	Não possui	Semanal
UFRGS	x	x	x	x	Semanal
UFSC	x	Não possui	x	Não possui	Semanal

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO 1. Aprovação Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos.

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE E DE APOIO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR

Pesquisador: Daniele Sentevil da Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 62381616.2.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.879.484

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem apresentado.

Objetivo da Pesquisa:

Verificar se as IFES brasileiras apresentam descrição online em sites dos serviços de apoio e dos recursos de acessibilidade oferecidos para alunos com deficiência visual e descrevê-los; Caracterizar os serviços de apoio e de acessibilidade para os alunos com deficiência visual em cada IFES na visão do coordenador do núcleo de acessibilidade; Descrever os serviços de apoio e de acessibilidade oferecidos pelas IFES na visão dos alunos com deficiência visual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios são apresentados bem como as ações para reduzir os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância científica e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TLCE contém todas as informações relevantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 1.879.484

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_755713.pdf	11/11/2016 07:11:41		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_comite.docx	11/11/2016 07:10:32	Daniele Sentevil da Silva	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_comite.pdf	11/11/2016 07:01:58	Daniele Sentevil da Silva	Aceito
Outros	Questionario_comite.docx	11/11/2016 06:54:14	Daniele Sentevil da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_comite.docx	11/11/2016 06:52:21	Daniele Sentevil da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 20 de Dezembro de 2016

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br